



Governança



e Crescimento

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA • BUREAU DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS



DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA / DEZEMBRO DE 2009
VOLUME 14 / NÚMERO 12

<http://www.america.gov/publications/ejournalusa.html>

Programas de Informações Internacionais:

Coordenador	Jeremy F. Curtin
Editor executivo	Jonathan Margolis
<hr/>	
Editor-chefe	Richard W. Huckaby
Editora-gerente	Charlene Porter
Especialista em referências	Martin Manning
Gerente de Produção	Janine Perry
Programadora visual	Sylvia Scott
<hr/>	
Editora de cópias	Rosalie Targonski
Editora de fotografia	Ann Monroe Jacobs
Ilustração da capa	David Hamill
Revisora do português	Marília Araújo

Arte da capa: © Jane Sterrett/IMAGES.COM

O Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA publica uma revista eletrônica mensal com o logo *eJournal USA*. Essas revistas analisam as principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional, bem como a sociedade, os valores, o pensamento e as instituições dos EUA.

A cada mês é publicada uma revista nova em inglês, seguida pelas versões em francês, português, espanhol e russo. Algumas edições também são publicadas em árabe, chinês e persa. Cada revista é catalogada por volume e por número.

As opiniões expressas nas revistas não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA. O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da internet para os quais há links nas revistas; tal responsabilidade cabe única e exclusivamente às entidades que publicam esses sites. Os artigos, fotografias e ilustrações das revistas podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a menos que contenham restrições explícitas de direitos autorais, em cujo caso é necessário pedir permissão aos detentores desses direitos mencionados na publicação.

O Bureau de Programas de Informações Internacionais mantém os números atuais e os anteriores em vários formatos eletrônicos em <http://www.america.gov/publications/ejournalusa.html>. Comentários são bem-vindos na embaixada dos EUA no seu país ou nos escritórios editoriais:

Editor, *eJournal USA*
IIP/PUBJ
SA-5, 1st Floor
U.S. Department of State
2200 C Street, NW
Washington, DC 20522-0501
United States of America
E-mail: eJournalUSA@state.gov

Sobre Esta Edição



O presidente Barack Obama fala no Parlamento ganense em Acra, em julho de 2009

© Charles Dharapak/AP Images

Em 2009, um novo governo tomou posse nos EUA. Ao mesmo tempo que enfrentavam enormes problemas, seus principais líderes dirigiram-se com confiança a seus pares de outras nações, identificando a “boa governança” como alicerce fundamental para democracia, justiça social e desenvolvimento econômico.

“Com melhor governança, não tenho dúvida de que a África contém a promessa de uma base mais ampla de prosperidade”, disse o presidente Obama em Gana.

Esse princípio tem assumido importância crescente na política de assistência ao desenvolvimento dos EUA. A agência de desenvolvimento americana mais recente, a Corporação Desafio do Milênio, requer que as nações favorecidas atendam a uma série de indicadores de boa governança. Nestas páginas, altos executivos da organização explicam essa nova filosofia e como ela se diferencia de outras do passado. Outros artigos relatam as políticas em andamento.

Cada vez mais, líderes de várias nações reconhecem a relação entre um governo estável, previsível e honesto com a prosperidade econômica. Nesta edição de *eJournal USA*, líderes africanos apresentam suas ideias sobre boa governança em um artigo e outra autoridade africana explica como melhores políticas comerciais impulsionam a oportunidade econômica. Um economista peruano de destaque explica como a melhor governança pode dotar os pobres com direitos de propriedade que os ajudarão a sair da pobreza. Bilhões de pessoas em todo o mundo podem alcançar maior prosperidade pelos mesmos métodos, argumenta. E um representante do mundo corporativo descreve as condições

de governança que precisam estar em vigor se grandes empresas forem fazer investimentos no mundo em desenvolvimento.

Para iniciar a discussão, citamos a seguinte definição de boa governança: “participativa, voltada para o consenso, responsável, transparente, responsiva, efetiva, eficiente, justa, inclusiva e cumpridora do Estado de Direito. Ela garante que a corrupção seja minimizada e que a opinião das minorias seja levada em consideração e a voz dos mais vulneráveis na sociedade seja ouvida na tomada de decisões. Ela também responde às necessidades presentes e futuras da sociedade”. Essa definição apareceu pela primeira vez há alguns anos em uma publicação das Nações Unidas e é amplamente citada.

Outras coisas que aprendemos ao pesquisar para esta publicação: a boa governança protege a ordem e a segurança, sem restringir pessoas em busca de oportunidades e que queiram expressar suas ideias. A boa governança está firmada na crença de que os cidadãos que crescem e prosperam disseminam a prosperidade em suas comunidades para empregar, enriquecer e inspirar outras pessoas.

A boa governança se coloca às claras e se permite ser vista sem dissimulação ou subterfúgio. A boa governança administra a justiça com igualdade, independentemente da riqueza, do status ou das relações das pessoas. A boa governança não é instável nem arbitrária, mas constante, previsível e aplicada em igual medida a cidadãos de todas as classes, cores e religiões.

Os editores



DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA / DEZEMBRO DE 2009 / VOLUME 14 / NÚMERO 12

<http://www.america.gov/publications/ejournalusa.html>

Governança e Crescimento

GOVERNANÇA

- 4 Assistência Externa dos EUA Entra em Nova Era de Oportunidades**
ENTREVISTA COM DARIUS MANS E KEN HACKETT
A Corporação Desafio do Milênio (MCC) é um programa de desenvolvimento do governo dos EUA para fazer avançar o crescimento econômico em um clima de boa governança e sustentabilidade.
- 9 Etíope-Americano Assume Direção da MCC**
Governo Obama indica novo diretor executivo para a agência.
- 10 Melhorando a Indústria Pesqueira do Marrocos**
Programa da MCC no Reino de Marrocos trabalha para ampliar e modernizar a tradicional indústria pesqueira do país.
- 11 Mensagens de Texto para Gerar Lucro**
Programa da MCC na Armênia introduz tecnologias digitais para ajudar agricultores a prosperar.
- 12 Africanos Assumem a Liderança**
Líderes de Gana, Ruanda e da Comissão da União Africana explicam suas ideias sobre boa governança na África.
- 15 As Bases do Crescimento Sustentável na América Latina**
LILIANA ROJAS-SUAREZ, ECONOMISTA E AUTORA DE *GROWING PAINS IN LATIN AMERICA*
Os princípios básicos de redução de regulamentações, proteções legais e acesso a oportunidades são universais para promover o crescimento econômico, mas as características regionais também precisam ser consideradas em uma estratégia para o desenvolvimento.
- 19 Direitos de Propriedade: Uma Maneira de Fugir da Pobreza e da Guerra**
HERNANDO DE SOTO, ECONOMISTA E AUTOR DE *O MISTÉRIO DO CAPITAL*
A falta de acesso aos direitos de propriedade está mantendo metade da população mundial presa na pobreza.
- 23 Empresas Buscam Boa Governança em Mercados em Desenvolvimento**
SCOTT EISNER, DIRETOR EXECUTIVO, INICIATIVA NEGÓCIOS NA ÁFRICA, CÂMARA AMERICANA DE COMÉRCIO
Estabilidade política, infraestrutura confiável e força de trabalho instruída estão entre as características que as empresas buscam ao pesquisar novos mercados.

CRESCIMENTO

27 **A Força dos Números: O Poder do Comércio Regional**

MWEUSI KARAKE, DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS, MERCADO COMUM DA ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL
Dezenove países-membros se esforçam para melhorar a governança regional e impulsionar o comércio e a prosperidade no continente.

30 **Cidade de Naga Trabalha por Transparência e Responsabilidade**

ENTREVISTA COM JESSE ROBREDO
Prefeito veterano de uma cidade filipina de porte médio descreve os passos dados em direção à boa governança e os resultados alcançados.

34 **Criando Empresas de Alto Impacto**

ELMIRA BAYRASLI, VICE-PRESIDENTE, POLÍTICA E ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA, ENDEAVOR
A Endeavor é uma organização americana, com dez anos de existência, que procura empreendedores em economias emergentes e dá assessoria e apoio para o lançamento de empresas de alto impacto e a criação de empregos.

37 **Reformas Promovem Negócios em Cidades da Índia**

MIERTA CAPAUL E JANA MALINSKA, COAUTORAS, *COMO FAZER NEGÓCIOS NA ÍNDIA 2009*
Governos regionais de várias partes da Índia estão reduzindo as barreiras regulatórias para a abertura de empresas, segundo pesquisadores da Corporação Financeira Internacional do Banco Mundial.

41 **Recursos Adicionais**

Seleção de livros, artigos e sites.

Assistência Externa dos EUA Entra em Nova Era de Oportunidades

Entrevista com Darius Mans e Ken Hackett

Adesão, resultados e prestação de contas são as marcas dos acordos de ajuda firmados pela Corporação Desafio do Milênio (Millennium Challenge Corporation – MCC) com 19 nações em desenvolvimento. A agência, criada pelo Congresso dos EUA em 2004, já distribuiu quase US\$ 7 bilhões em programas de redução da pobreza. Essa ajuda é dada apenas a países que demonstram capacidade de governar com justiça, controlar a corrupção e criar liberdades econômicas atrativas para o setor privado.

Darius Mans é vice-presidente de Implementação de Pactos da MCC e estava atuando como diretor executivo em exercício da agência quando esta entrevista foi realizada.

Ken Hackett é membro do Conselho de Administração da MCC indicado pelo Congresso. Também é presidente da Serviços Católicos de Assistência (Catholic Relief Services), agência humanitária internacional da comunidade católica dos EUA. Os dois conversaram com Charlene Porter, editora-gerente da eJournal USA.

Pergunta: Sr. Mans, como a MCC mudou o jogo na distribuição da assistência externa americana?

Darius Mans: Os princípios da MCC no que diz respeito à prestação de assistência ao desenvolvimento baseiam-se nas lições aprendidas nos últimos 60 anos. Nossos fundadores analisaram em profundidade o que estava funcionando e o que não estava e se concentraram em três princípios básicos.

O primeiro princípio é a importância central da adesão e da participação ativa dos países ao programa. Os países têm de se comprometer a perseguir políticas sólidas e definir suas prioridades de desenvolvimento, além de conduzir a implementação dos programas. É muito importante que o



Cabo Verde firmou um pacto de US\$ 110 milhões com a MCC em 2005. Melhorar o acesso dos fornecedores aos mercados com melhorias em estradas e rodovias é uma das metas do pacto com a nação insular da costa da África Ocidental

Contribuição: MCC

apoio dado pela ajuda externa esteja ancorado nas próprias prioridades de desenvolvimento do país.

O segundo princípio é a importância de assegurar que a assistência prestada esteja centrada na consecução de resultados bastante concretos. No site da MCC [www.mcc.gov], você encontra a página “Resultados”, que define — para todos os pactos que apoiamos no mundo, agora em 19 países — os resultados concretos e tangíveis que esses programas pretendem alcançar. É muito importante que todos nós nos concentremos nos resultados, obtendo valor para os dólares investidos pelo contribuinte americano.

O terceiro princípio básico é a importância da prestação de contas, garantindo que os países estão conduzindo os programas de desenvolvimento e obtendo valor do apoio obtido. Essa prestação de contas se dá em duas direções. Uma no sentido de garantir que os países assumam a responsabilidade de alcançar os resultados acordados, mas também é muito importante prestar contas dentro do país. Todos os pactos são implementados e supervisionados por uma entidade



Cortesia: MCC

A fazenda de abacaxi Koranco, em Gana, oferece assistência técnica e treinamento profissionalizante para ajudar pequenos produtores de frutas a abrir seus próprios empreendimentos. Trabalhar para desenvolver o agronegócio é uma das iniciativas do pacto da MCC em Gana, um acordo de quase US\$ 550 milhões assinado em 2007

local, em geral chamada de Conta do Desafio do Milênio, e normalmente há grupos de partes interessadas que desempenham papel central na supervisão. A MCC quer garantir que haja nas próprias sociedades uma forte prestação de contas quanto à consecução dos resultados que todos nós concordamos ser importantes.

P: Sr. Hackett, o senhor já estava na área de ajuda externa há décadas antes da criação da Corporação Desafio do Milênio, tendo começado como voluntário do Corpo da Paz há quase 40 anos. Como o senhor viu toda a ideia da MCC quando ela foi anunciada pela primeira vez?

Ken Hackett: Quando a ideia estava se desenvolvendo, disse a um dos meus auxiliares que estava participando das discussões: “Se isso realmente se transformar no que parece estar se delineando, será quase o ideal em termos de desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e redução da pobreza. Quero fazer parte disso, se puder.”

Portanto, tive muita sorte em ser escolhido para fazer parte do Conselho de Administração no primeiro ano, em 2004. Estou muito satisfeito pela maneira como a organização evoluiu. A organização avançou em sua missão, aprendendo lições e se aperfeiçoando. Ela tem alcançado enorme êxito.

P: Naquela época, o senhor percebeu a proposta da MCC de mudar o jogo?

Hackett: Certamente. Tratava-se de uma nova maneira de realizar o desenvolvimento, como disse Darius, baseada em muitas lições aprendidas nos últimos 40 ou 50 anos. Outras agências não foram capazes de aprender essas lições. Vi a MCC como uma entidade que estava pronta para aplicar novos modelos, testá-los, descartá-los se não funcionassem e seguir avançando. Assim, depois de cinco anos, evoluímos de uma maneira muito positiva.

P: Um dos princípios empregados pela MCC para mudar o jogo foi a aplicação de critérios objetivos na seleção das nações com as quais iria fazer parceria. Sr. Mans, por favor, descreva esses critérios.

Mans: Nosso programa baseia-se na premissa de fornecer apoio a países que tenham demonstrado compromisso de governar com justiça, investir em seu próprio povo e criar um ambiente propício aos negócios, firmado em liberdades econômicas e que seja atraente para o setor privado. Temos 17 indicadores nessas três categorias amplas. Uma das dificuldades para se qualificar para a assistência da MCC é ter um histórico comprovado de controle da corrupção. Para nós, isso é fundamental,

Países da MCC

A MCC tem pactos de redução de pobreza com os seguintes países, totalizando quase US\$ 7 bilhões.

Armênia	Mali
Benin	Mongólia
Burkina Fasso	Morritos
Cabo Verde	Moçambique
El Salvador	Namíbia
Geórgia	Nicarágua
Gana	Senegal
Honduras	Tanzânia
Lesoto	Vanuatu
Madagascar	



Cortesia: MCC

Lojas de artesanato tradicional de El Salvador estão obtendo apoio por meio de um pacto de US\$ 461 milhões com a MCC lançado em 2006. Os artesãos estão recebendo capacitação para ampliar os desenhos dos produtos, aumentar as vendas, desenvolver novos mercados e aumentar a renda

porque uma das lições claras aprendidas com a experiência do desenvolvimento é que, se a agenda anticorrupção não for levada a sério, os investimentos e a assistência ao desenvolvimento não produzem muitos resultados.

A MCC utiliza 17 indicadores de políticas públicas para pontuar e selecionar os países. Todos os anos, o Conselho de Administração analisa o desempenho dos países com base nesses indicadores. Fazemos isso da seguinte maneira: a MCC classifica os países com base em seu desempenho nos 17 indicadores em comparação com outros países da mesma categoria de renda. É muito importante que os países vejam onde se encontram em relação a seus pares. Isso tem sido um incentivo incrivelmente poderoso para que os países perseverem e deem continuidade às reformas. Todos eles olham os resultados e se perguntam: “Como estamos indo?”

Estive recentemente em uma recepção do governo do Afeganistão, e se observamos o desempenho do país nos 17 indicadores, veremos que ele está muito longe de se qualificar para um pacto da MCC. Mas a autoridade governamental com a qual estive no evento não apenas tinha conhecimento dos nossos indicadores, mas também

disse: “Dê-nos tempo. Queremos nos qualificar. Estamos nos empenhando para isso.”

Em evento copatrocinado pela MCC e pelo InterAction (Conselho Americano para Ação Voluntária Internacional) paralelamente à Assembleia Geral da ONU em setembro, o governo de Serra Leoa disse que seu secretariado utiliza os 17 indicadores para definir seu programa de reforma porque deseja ter certeza de que um dia se qualificará para a assistência. Os critérios de elegibilidade para a MCC tornaram-se incentivos poderosos para o desempenho. Os países que apoiamos atendem aos nossos critérios e se comprometem a continuar a manter a elegibilidade. Eles veem esses critérios como uma âncora importante para seus próprios programas de reforma.

P: O senhor está sugerindo que os critérios da MCC estão transmitindo uma mensagem que vai muito além das nações com as quais vocês têm pactos, atingindo outros governos do mundo em desenvolvimento?

Mans: Sim, isso é o que chamamos de efeito MCC, e vemos isso em vários países.

Hackett: Esse processo de seleção aberto e transparente é um dos elementos mais extraordinários. No site da MCC também estão disponíveis para todos os critérios para suspensão e rescisão dos pactos. É comum encontrar ministros da Fazenda ou do Planejamento questionando seus pares de países com acordos com a MCC: “Como você conseguiu participar do processo da MCC? O que é preciso fazer para conseguir?” Realmente criou-se um modelo maravilhoso e bem-sucedido.

P: Esses critérios são bastante diferentes de como as decisões sobre a ajuda eram feitas na Guerra Fria, por exemplo, não é verdade sr. Hackett?

Hackett: Sem dúvida. Estamos em uma situação completamente diferente agora. As expectativas são que a distribuição de assistência seja feita em função dos resultados produzidos pelos países. Os resultados devem ser visíveis, e o processo, transparente e sustentável. Não se trata apenas de ser amigável. Essa é uma mudança positiva e notável.

Nossos amigos europeus também estão bastante interessados nesse modelo. Os ingleses, os franceses e os alemães estão encantados com essa ideia. Espero que haja oportunidades melhores e mais robustas de colaboração em torno desse tipo de modelo.

P: O sr. Hackett mencionou os critérios que podem pôr fim a um pacto. Como o Conselho de Administração aplicou esses critérios em 2009?

Mans: O modelo da MCC foi testado este ano e comprovou sua durabilidade. Em alguns poucos países, a MCC teve de rescindir completamente ou suspender partes de um pacto devido a um padrão de desempenho que simplesmente não atende às nossas normas.

Em Madagascar, devido a um golpe militar, o Conselho de Administração da MCC teve de tomar a difícil decisão de encerrar o programa um ano antes do previsto. Foi difícil porque Madagascar foi o primeiro pacto da MCC. Estava chegando ao fim de seu quarto ano, restando apenas mais um ano. Eles estavam quase concluindo o pacto com sucesso, mas então ocorreu o golpe em março de 2009.

Então o Conselho, muito acertadamente, decidiu que esse não era o tipo de país com o qual devemos fazer parceria e pôs fim ao programa de Madagascar. Apesar da rescisão recente, muita coisa foi obtida com o pacto para o povo de Madagascar no sentido de reduzir a pobreza por meio do crescimento econômico. Não conseguimos fazer tudo que havíamos nos proposto, mas o programa resultou em mudanças positivas e irreversíveis no modo como o governo conduz o desenvolvimento rural.

Programas mundiais

A MCC aprovou quase US\$ 7,4 bilhões em apoio a programas determinados pelos países nas seguintes áreas:

- Agricultura e irrigação
- Transportes (estradas, pontes, portos)
- Abastecimento de água e saneamento
- Acesso a serviços de saúde
- Desenvolvimento financeiro e empresarial
- Iniciativas de combate à corrupção
- Direitos e acesso à terra
- Acesso à educação
- Acesso à eletricidade

Também tivemos preocupações parecidas na Armênia depois da eleição presidencial de fevereiro de 2008. As eleições resultaram em uma situação bastante violenta que levou a ações realmente repressivas. O padrão das ações tomadas pelo governo da Armênia não foi compatível com o compromisso de boa governança assumido com a MCC. E por isso o Conselho decidiu suspender o programa de construção de estradas.

Tivemos histórias parecidas na Nicarágua e em Honduras em 2009. Quando a MCC vê um padrão de ações incompatível com os princípios da agência, incompatível com o desempenho sólido que originalmente tornou o país elegível para os recursos, então seu Conselho de Administração age — mesmo que essa ação signifique acabar com a assistência. Isso é muito diferente da abordagem tradicional de outros doadores.

P: Em sua opinião, como as ações do Conselho em relação à rescisão e à suspensão da ajuda estão sendo vistas? Elas estão enviando uma mensagem de alerta sobre as consequências de ações governamentais antidemocráticas ou sem civilidade?

Mans: Creio que sim. O que vemos com frequência nos países é que as pessoas olham para as decisões tomadas pelo Conselho e reconhecem que elas refletem uma deficiência da parte dos governos. Que os governos estão sendo responsabilizados pelas ações que tomam. Que não se trata de uma medida arbitrária ou extravagante tomada pelos Estados Unidos por razões políticas. Ao contrário, trata-se de uma medida baseada em uma clara violação das normas básicas de fé e confiança que estão no cerne da parceria que temos em cada país.

Os pactos da MCC têm o objetivo de beneficiar

a população pobre desses países — e reduzir a pobreza por meio do crescimento econômico. Nos casos de Madagascar, Armênia, Honduras e Nicarágua, centenas de milhares de pessoas foram beneficiadas com os programas da MCC.

P: Vamos passar para alguns dos casos de sucesso. Pedirei a cada um de vocês que conte sua história favorita sobre como os pactos da MCC possibilitam o crescimento mútuo de boa governança e desenvolvimento econômico.

Mans: Um caso de que temos orgulho é Cabo Verde, um dos nossos primeiros pactos. É um país com um excelente histórico de boa governança na África. Mesmo assim, o governo fez uso do pacto para melhorar seu desempenho em boa governança.

Por meio do pacto, a MCC prestou assistência para melhorar a gestão financeira e as compras públicas. O foco era desenvolver sistemas aprimorados para supervisionar a implementação dos investimentos apoiados pelo pacto. Esses investimentos tiveram tanto êxito que, na verdade, eu gostaria que tivéssemos o sistema de gestão financeira deles nos Estados Unidos. Eles podem pegar um mapa e mostrar onde um projeto de investimento está sendo desenvolvido. Eles conseguem detalhar exatamente o progresso da implementação física do projeto em relação às metas. Chegam até o nível das notas fiscais para absolutamente todo contrato relacionado com o projeto. E têm controles muito rígidos do uso dos recursos.

O sucesso desse pacto com a MCC foi tão grande que o governo de Cabo Verde decidiu utilizar esse sistema como plataforma para seus negócios de modo geral. O governo também utilizou o pacto como oportunidade para acelerar suas reformas com relação ao ambiente comercial. O tempo e o custo para a abertura de uma empresa em Cabo Verde foram reduzidos sensivelmente devido ao compromisso do governo de melhorar seu desempenho. Essa é uma parceria da qual temos muito orgulho.

Hackett: Eu destaco o pacto de Gana, que está indo para seu terceiro ano. Foi formulado para tratar das reais questões econômicas enfrentadas pela maioria da comunidade agrícola do país. Ele opera em três áreas geográficas diferentes, e foi em uma dessas áreas que servi como voluntário no Corpo da Paz no fim da década de 1960. Por isso tenho um sentimento especial em relação a esse programa. Quando vi o que o governo estava imaginando para essa parte do país e para os agricultores, disse: “É perfeito! É exatamente o que vai mudar a dinâmica econômica para os agricultores do distrito de Afram Plains.”

Eles vão agregar uma gama de serviços de apoio nas comunidades que, juntas, irão transformar a situação econômica de maneira positiva. Da produção à comercialização, à saúde e à educação comunitária, trata-se de uma abordagem abrangente imaginada por eles. E acho que trará mudanças magníficas nessa área em particular e também em outras áreas do país.

Pelo fato desses planos estarem surgindo de consultas nos próprios países, há uma abordagem muito mais dinâmica e pertinente. E, de modo geral, sinto que eles serão mais bem-sucedidos do que os modelos anteriores.

P: O senhor mencionou que alguns desses países estão se aproximando do fim de seus pactos de cinco anos. O que vai acontecer depois?

Mans: O Conselho discutirá em dezembro essa questão do segundo pacto com determinado país. Vários fatores serão considerados: obviamente, o desempenho no primeiro pacto, mas também a continuação da elegibilidade: eles atendem aos critérios para os recursos da MCC?

Se um país for elegível para um segundo pacto, temos de ter uma resposta direta à pergunta: “Qual é a estratégia de saída?” Não queremos ter uma relação de 50 anos com o país. Ao contrário, como garantimos que não estamos tornando esse país dependente da ajuda? Como ter certeza de que esses países não vão mais precisar da assistência ao desenvolvimento e se tornarão capazes de mobilizar recursos por conta própria e atrair o investimento privado que garanta o crescimento sustentável de longo prazo?

Hackett: Esse é um dos desafios a ser enfrentado pelo Conselho. Mas basicamente queremos ver o sucesso sustentado de longo prazo no crescimento econômico desses países, porque é dessa maneira que se causa um impacto na pobreza.

Uma questão relacionada é que alguns dos problemas que enfrentamos em termos de desenvolvimento econômico e social como um todo ultrapassam as fronteiras. A Conselho e sua equipe estão se fazendo perguntas do tipo: “A MCC deve começar a pensar em investimentos regionais que possam mudar a dinâmica de maneiras diferentes?” Ainda não chegamos a lidar com essas coisas, mas esperamos poder analisar algumas das opções e estar abertos a transformações e prontos para mudar e evoluir à medida que as situações mudarem.

Q: Quando as eleições mudam o partido no poder nos Estados Unidos, é comum que as filosofias políticas diferentes resultem em mudanças significativas em determinados programas, até mesmo que algumas iniciativas

de um governo anterior sejam abandonadas. Mas, neste caso, isso não aconteceu depois da eleição de 2008. Por quê?

Mans: Por diversas razões. A ajuda efetiva e inteligente é um princípio central da política de desenvolvimento e engajamento global do governo Obama. Nos discursos do presidente em Praga, Acra ou no Cairo, a importância da criação de oportunidades e da construção de Estados capazes é uma constante. O governo cumpriu sua promessa sobre isso e forneceu forte apoio à MCC de várias maneiras bastante concretas.

O pedido de recursos para a MCC, feito pelo presidente ao Congresso, teve um aumento de 63%. Esta é uma grande demonstração de apoio, porque o que a MCC está fazendo é bastante condizente com o que o governo deseja em termos de desenvolvimento global.

Em segundo lugar, o indicado para atuar como próximo diretor executivo da MCC, Daniel W. Yohannes, também é uma demonstração muito forte de apoio do governo ao que a MCC vem fazendo. Yohannes tem um histórico que incorpora o que a MCC está tentando fazer. Ele é um etíope-americano que veio para os Estados Unidos muito jovem e foi bem-sucedido nos negócios. Tem um notável histórico de gestão e filantropia com forte interesse no desenvolvimento. E é o indicado do governo para comandar a MCC.

Essas são duas demonstrações concretas do forte apoio do governo à MCC.

Hackett: Antes de a secretária [de Estado Hillary] Clinton ser nomeada [para o secretariado], os quatro representantes do setor privado no Conselho a chamaram no Senado para perguntar se ela seria uma defensora da MCC no Senado. Ela disse: “Eu realmente acho que a MCC é o conceito certo e vou apoiá-la até onde puder.” E, alguns meses depois, ela se tornou secretária de Estado e presidente do Conselho de Administração da MCC. Portanto, acho que temos apoio onde é necessário, e estou animado pelo governo atual ter mantido uma das grandes novas iniciativas do governo americano.

Mans: Como diretor executivo em exercício, considero ser ótimo para a MCC ver o forte envolvimento da secretária como presidente do Conselho de Administração e o enorme interesse e a profunda paixão que ela tem pelo desenvolvimento. Ela também vê a MCC desempenhando um forte papel na intenção do governo de incrementar o desenvolvimento como uma ferramenta para fazer avançar os interesses dos EUA e apoiar os países que estão tentando alcançar seus objetivos desenvolvimentistas. ■

Etíope-Americano Assume Direção da MCC



Daniel W. Yohannes ingressou na MCC em dezembro de 2009

Cortesia: MCC

Um ex-banqueiro assumiu o cargo de diretor executivo da Corporação Desafio do Milênio (MCC) em dezembro de 2009 após indicação do presidente Obama e confirmação pelo Senado dos EUA.

Daniel W. Yohannes é um etíope-americano que imigrou para os Estados Unidos ainda adolescente. É do estado do Colorado, onde fez carreira na área bancária antes de tornar-se investidor privado especializado em imóveis, instituições financeiras e no setor de energia renovável.

Yohannes compareceu perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado antes de sua confirmação. E disse à comissão: “Estou confiante de que as parcerias mundiais da MCC contra a pobreza gerarão crescimento econômico sustentável e oportunidades, e isso é fundamental para fortalecer nossa segurança coletiva e nossa condição humana para um mundo mais próspero e pacífico.”

E continuou: “É um desafio substituir auxílio por parceria, fornecer ajuda inteligente e eficiente ao encorajar certas políticas, desenvolvimento liderado pelo país e resultados sustentáveis. A MCC oferece algumas lições importantes sobre por onde começar. A MCC lança bases inovadoras para resolver o problema complexo da pobreza global.”

Embora esteja nos Estados Unidos há décadas, Yohannes não esqueceu os desafios enfrentados por sua terra natal, a Etiópia. “Cresci no meio de vizinhos pobres, que não sabiam se teriam o que comer naquele dia nem se poderiam arcar com vacinas”, disse Yohannes à comissão do Senado. “Vim para os Estados Unidos aos 17 anos de idade, determinado a perseverar contra todos os desafios.” ■

Melhorando a Indústria Pesqueira do Marrocos

O Reino de Marrocos atingiu os padrões da Corporação Desafio do Milênio para a boa governança e firmou acordo com a agência de assistência. O reino desenvolveu um projeto para melhorar a infraestrutura de apoio do setor pesqueiro. A modernização da cadeia de distribuição entre o mar e os mercados trará lucro aos pescadores e o produto chegará mais fresco aos consumidores.

Colher a fatura que o mar oferece é uma forma antiga e honrosa de ganhar a vida no Reino de Marrocos. Mas apesar de seu trabalho árduo e perigoso, esse meio de subsistência não propiciou um caminho de saída da pobreza para as famílias de pescadores, principalmente em vista dos vários obstáculos que separam os pescadores dos mercados mais lucrativos.

Há um longo caminho entre o momento de satisfação em que a rede é puxada do mar e o momento em que um peixe lindamente preparado é colocado na frente de comensais admirados. Desembarcadouros e instalações de processamento inadequados, falta de mercados atacadistas e transporte refrigerado inadequado são dificuldades que impedem os pescadores de obter as melhores compensações possíveis pelos seus esforços.

A Corporação Desafio do Milênio trabalha com o Reino de Marrocos para melhorar e modernizar todo o trajeto do produto pesqueiro ao mercado, permitindo maior lucratividade para os pescadores e um produto mais fresco e saudável para os consumidores marroquinos.

O Projeto Pesca em Pequena Escala pretende beneficiar cerca de 25 mil pescadores, proprietários de barcos, comerciantes de pesca atacadistas, vendedores de peixe ambulantes e seus familiares. Uma das primeiras etapas para melhorar a cadeia

de distribuição desse setor será a construção de desembarcadouros equipados com infraestrutura comercial adequada para movimentar a carga com eficiência segundo as normas ambientais e sanitárias.

A construção e a modernização de seis mercados atacadistas, a maior parte no interior do país, fortalecerão a integração dos mercados, abrigarão maior número de compradores e

vendedores e resultarão em preço de mercado mais eficiente. Além disso, espera-se que os investimentos para melhorar os padrões de higiene, a manipulação e a conservação do peixe na



Cortesia: MCC

Mercados atacadistas (acima) e desembarcadouro de peixe (à direita) passarão por reformas conforme acordo entre a MCC e o Reino de Marrocos

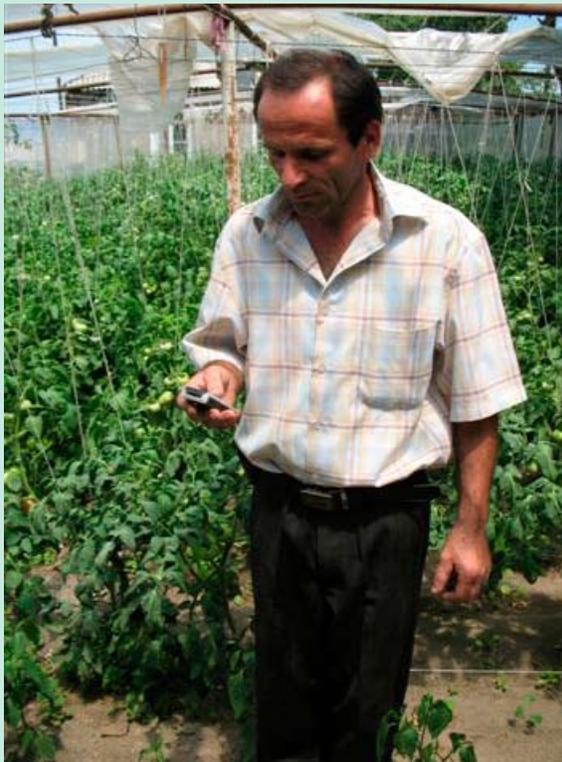


Cortesia: MCC

cadeia fria contribuirão para a manutenção do valor do pescado e para aumentar as vendas.

O projeto não apenas estimulará a indústria pesqueira como também melhorará a alimentação dos marroquinos. Com a criação de uma cadeia de distribuição mais eficiente e higiênica, parte do pescado usada anteriormente para ração animal agora acabará no prato dos consumidores, fornecendo uma fonte adicional de proteínas à população do país. Os benefícios serão amplamente difundidos e, na outra ponta da cadeia de distribuição, vendedores ambulantes em bicicletas motorizadas especialmente equipadas poderão aumentar o valor e o volume do peixe vendido em sua faixa de comercialização. Estima-se que os ganhos dos vendedores crescerão em mais de 60%, aumento que poderá ser de grande ajuda para tirá-los da pobreza. ■

Mensagens de Texto para Gerar Lucro



Cortesia: MCC

Rafik Smbatyan examina seu celular para ver o que os mercados estão oferecendo por seus produtos agrícolas, tecnologia colocada à disposição dos agricultores por um serviço de informações apoiado pelo pacto da MCC com a Armênia

O governo armênio aproveitou o apoio da Corporação Desafio do Milênio para melhorar a posição competitiva de agricultores ao venderem seus produtos. Maior acesso às informações dá aos agricultores armênios melhores chances de lucros no mercado.

Saber como conseguir o melhor preço para o produto que se vende é elemento-chave para ser bem-sucedido no mercado. Isso é válido quer se esteja vendendo carvão ou casacos.

Ou pepinos. Isso é o que Rafik Smbatyan tem para vender. Mas o problema era que ele não sabia qual o valor do seu produto no mercado. Smbatyan cultiva pepinos na região de Gegharkunik na Armênia. Desde o colapso da União Soviética, somente agricultores com amigos e parentes vivendo

próximo aos maiores mercados atacadistas tinham acesso a informações confiáveis sobre preços correntes no mercado. Os agricultores frequentemente vendiam seus produtos a preços reduzidos por meio de intermediários, deixando de obter lucros devido à falta de informações atualizadas.

Então surgiu o sistema Armis na vida de Smbatyan. Armis é o Sistema Armênio de Informações sobre o Mercado Agrícola, serviço que distribui diariamente preços de frutas e hortaliças praticados nos mercados das grandes cidades, por meio de mensagens de texto enviadas para a extensa rede de celulares do país.

Smbatyan e outros agricultores pagam uma pequena taxa pelo serviço, obtendo um código de acesso a um número de telefone específico do mercado, que então dispara uma resposta de texto automática com informações do mercado provenientes de um banco de dados central. Essas informações colocam Smbatyan em uma posição muito melhor para negociar com atacadistas de alimentos, melhora sua posição competitiva no mercado e aumenta o lucro.

“Graças a esse sistema, pude vender meus pepinos por um preço muito mais alto. Antes dele, eu não estava a par dos preços e constantemente perdia.”

Naturalmente, Smbatyan não é o único agricultor que se utiliza do Armis, financiado pela Corporação Desafio do Milênio. Centenas o fazem. “A lista de produtos agrícolas aumentou e estão em andamento planos para incluir também mercados de outras regiões”, diz Nora Alanakay, especialista em informações.

Os agricultores receberam quase 3 mil mensagens de SMS do sistema em seu primeiro ano. Só Smbatyan trocou aproximadamente 75 mensagens, tentando obter informações mais atualizadas do mercado. Logo ele usará o sistema novamente, quando outra cultura de hortaliças em estufa amadurecer.

Além das mensagens por celular, o Armis mantém um site que fornece mais informações sobre os padrões de qualidade dos alimentos, desenvolvimentos do setor agrícola e novas tecnologias. Os agricultores pagaram uma pequena taxa pelo serviço, assegurando a sustentabilidade do Armis a longo prazo. ■

Africanos Assumem a Liderança

Líderes africanos veem boa governança como essencial para desenvolvimento econômico



Centro Internacional de Artes Documentais

O presidente de Ruanda, Paul Kagame, aparece em telas gigantes acima do palco na conferência sobre negócios patrocinada pelo Conselho Corporativo para África em 2009. Kagame compartilhou o palco com outros líderes africanos para discutir boa governança

Em fórum realizado em Washington em setembro de 2009, vários líderes africanos compartilharam o palco e expressaram seus pontos de vista sobre a conexão entre boa governança e desenvolvimento econômico. Suas vozes combinadas transformaram-se em um forte depoimento de que no século 21 não é admissível a aceitação tácita da corrupção e dos serviços governamentais somente para as elites privilegiadas. As autoridades falaram perante um auditório lotado em conferência sobre “Como Fazer Negócios na África” patrocinada pelo Conselho Corporativo para África.

John Atta Mills, presidente de Gana

Antes de tudo, todo líder político, especialmente da África, deveria questionar-se: “Por que estou no poder?” Para mim, a resposta é muito simples. A única justificativa para estar no poder é ajudar a melhorar o padrão de vida de nosso povo. Nada mais importa. A segunda pergunta é: “Como farei isso?” Garantidos os recursos necessários, tem-se os recursos humanos; você cria o ambiente

necessário para promover empresas, seja em âmbito local, seja atraindo investimentos estrangeiros diretos.

O investimento estrangeiro direto não tem dever de fidelidade nem nacionalidade fixas. Ele vai para onde é mais bem-vindo. Agora, para nós em Gana, percebemos que não podemos seguir sozinhos. Os dias de xenofobia terminaram; agora há interdependência econômica entre os Estados. (...) Portanto, se quiserem saber os motivos para as pessoas investirem, aqui estão muitos deles: elas querem mercados, estabilidade política, certificar-se da facilidade de fazer negócios e que o custo seja baixo. Descobrimos que é importante para nós ter integração regional. Na união reside a força.

Somos um grupo de países muito pobres, mas somos muito ricos em recursos naturais e, portanto, temos muitos interesses em comum se unirmos nossos recursos. Por exemplo, se estreitarmos a cooperação entre nós, podemos ter serviços em comum, infraestrutura em comum e programas de energia em comum. Achamos, portanto, que na África Ocidental a



© Seth Wenig/AP Images

John Atta Mills, presidente de Gana, fala na sede das Nações Unidas em Nova York, em 2009

necessidade de nos integrarmos agora é mais importante do que nunca.

É fundamental percebermos, especialmente nesta região, que nossos eleitores não nos devem nada. Eles só querem que nós os ajudemos a melhorar seu padrão de vida, e é importante termos isso em mente. Às vezes, certos eventos, certas posturas assumidas por nós, líderes políticos, ajudam nosso povo a perder a confiança depositada em nós. O que o nosso povo tem? Somente esperança de um futuro melhor, e não podemos desapontá-lo.

Paul Kagame, presidente de Ruanda

Atualmente, em Ruanda, estamos tentando fazer e ser o melhor dentro de nosso alcance. Estamos aperfeiçoando o ambiente para empresas, mas também para cidadãos participantes.

Penso que o que fizemos para conduzir Ruanda rumo a maior prosperidade, a partir de nossa trágica história de genocídio, pode também ser feito por outras pessoas. A estabilização de nosso país não é mágica. A garantia de condições para a paz e a segurança e a construção de instituições de governança é o que irá propiciar o bem público necessário e daí a interação com o resto do mundo.

Para conseguirmos facilitar a realização de negócios em Ruanda, tivemos de fazer um levantamento da situação no país, na região e, de forma geral, em nosso continente. Tivemos de identificar (...) quais dificuldades ou medidas restritivas as pessoas sofrem para fazer negócios, seja em Ruanda, seja em nossa região. Depois de identificarmos esses obstáculos, começamos a trabalhar para removê-los, (...) seja fazendo vigorar instituições que lidem com questões de investimentos e comércio ou certificando-nos de que o ambiente seja propício ou ainda criando leis e normas que facilitem o estabelecimento de novas empresas de maneira mais eficiente e eficaz. E o mais importante é, após ter tudo isso vigorando, assegurar o funcionamento dessas políticas. Se não fizermos o acompanhamento dessas políticas e certificarmos-nos de que elas servem às pessoas para as quais foram criadas, tudo dá errado.

O que queremos conseguir em seguida baseia-se naquilo que foi posto para vigorar hoje e na autoconfiança de que possamos realmente fazer tudo isso. Não falo somente de Ruanda, mas da África, daquilo que a África necessita fazer por si mesma. É preciso que a África e os próprios africanos assumam a liderança na transformação de nossas sociedades e no desenvolvimento de nossas economias. Embora possamos ser parceiros de diferentes povos, precisamos assumir nossa própria liderança.

A infraestrutura é muito importante para facilitar os negócios. Não se pode falar em aumento de volume do comércio quando não há rodovias, nem estradas de ferro e há problemas com o transporte aéreo. É necessária infraestrutura dessa espécie. Ao mesmo tempo, não se pode falar em aumento de investimentos a menos que se possa mostrar que será possível fornecer eletricidade para as indústrias. Não se pode falar em comunicações e tudo que lhe diz respeito a menos que seja possível ter internet e torná-la acessível em âmbito nacional, regional ou ligando-a aos sistemas internacionais.

Estamos concentrados na infraestrutura e acreditamos que podemos realmente conseguir isso. O outro foco principal é a maneira com que podemos soerguer nosso povo e levá-lo a participar nos negócios em diferentes níveis. Esse é o melhor modo de combater a pobreza: por meio dos negócios. Esse é nosso foco principal no futuro próximo.

Jean Ping, presidente da Comissão da União Africana

[Jean Ping começou suas declarações citando a população da África, que ultrapassa 1 bilhão de pessoas. A população da África está prevista para dobrar até 2050, de



O presidente da Comissão da União Africana, Jean Ping, fala para os meios de comunicação nesta foto de 2008

acordo com o Bureau de Referência Populacional.] Como se pode pensar que este continente é um problema? É uma oportunidade. O tamanho do continente é de 30,3 milhões de quilômetros quadrados. (...) Este continente é provavelmente a reserva mais importante de matérias-primas. Portanto, vê-se que o problema é que hoje este mesmo continente está dividido por 165 fronteiras em 53 países. (...) Assim, pode-se ver a necessidade de combinarmos os esforços. (...) É necessário ter livre fluxo de trânsito, produtos, seres humanos, etc. Pode-se imaginar que vivemos em um mundo que é caracterizado, por um lado, pela globalização; mas, por outro lado, pela integração regional. Os países europeus lutaram durante séculos; as duas guerras mundiais aconteceram

lá. Quem poderia imaginar que esse continente poderia ser unificado, constituindo a União Europeia? Mas tornou-se uma necessidade se quiserem sobreviver.

As dimensões da Europa são quase exatamente as mesmas dos EUA. Se compararmos com a África, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Cedeao) atualmente tem cerca de 390 milhões de habitantes. (...) Portanto, se há integração lá e a competição é possível, a integração é uma das melhores ferramentas se quisermos competir com o resto do mundo. Os Estados Unidos,

a maior economia, um dos maiores países do mundo, acharam que havia necessidade de união com o Canadá e o México para formar o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) com a finalidade de aumentar a dimensão desse mercado. Assim, para nós, atualmente, é imperativo aumentar a dimensão de todos os nossos mercados.

É necessário trabalharmos juntos. É uma questão fundamental para nós se quisermos sobreviver. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

As Bases do Crescimento Sustentável na América Latina

Liliana Rojas-Suarez



© Eduardo Verdugo/AP Images

O distrito financeiro da Cidade do Panamá serve de cenário natural para este trabalhador da construção civil. Considerado no passado o paraíso de criminosos e contrabandistas de drogas para lavagem de dinheiro, o Panamá vem se esforçando para sanear as práticas bancárias e controlar a corrupção

As nações da América Latina não conseguiram manter o crescimento econômico nas últimas décadas, apesar dos breves surtos de progresso. Melhor governança e bases institucionais mais fortes podem ajudar a melhorar o crescimento econômico, de acordo com importante analista.

Liliana Rojas-Suarez é membro sênior do Centro de Desenvolvimento Global, sediado em Washington, DC, e autora de Growing Pains in Latin America [As Dores do Crescimento na América Latina]. Doutora em Economia, ocupou vários cargos no Deutsche Bank, no Fundo Interamericano de Desenvolvimento e no Fundo Monetário Internacional.

Nas três últimas décadas, os líderes da América Latina iniciaram várias reformas para fortalecer e manter o crescimento econômico. Esse período, no entanto, foi marcado por uma série de crises econômicas:

- No início dos anos 1980, a incapacidade de pagar a dívida externa fez cessar o influxo de capital estrangeiro em muitos países, e as taxas de crescimento despencaram durante o resto da década.

- No começo dos anos 1990, reformas econômicas baseadas no mercado e negociações da dívida com os credores externos trouxeram a recuperação econômica, até que muitos países sofreram crises bancárias profundas que interromperam o crescimento, começando com o México em 1995.

- Os países da

América Latina cresceram de forma significativa entre 2003 e 2007, devido às reformas, ao aperfeiçoamento da regulamentação financeira e à estabilidade macroeconômica, mas a recente crise financeira global suplantou o crescimento econômico atingido no começo da década. Alguns países atualmente mostram sinais de recuperação, enquanto outros, como o México e os países da América Central, ainda enfrentam grandes dificuldades.

Assim, apesar das admiráveis reformas dos últimos 20 anos, a maioria dos países da América Latina não foi capaz de gerar maior crescimento sustentável. Pelo contrário, a persistência dos indicadores de extrema pobreza e desigualdade de renda causou insatisfação em grandes segmentos da população com relação às reformas de mercado.

PROBLEMAS PARA ATINGIR CRESCIMENTO SUSTENTADO

Esses fatos levantam uma questão que vai bem além da crise atual: como uma melhor governança pode ajudar os países da América Latina a acelerar o crescimento econômico e garantir sua sustentabilidade? A resposta está em identificar as principais bases para o crescimento da região. Os formuladores de políticas devem identificar os fatores que podem estimular o acúmulo de capital físico e humano, bem como as melhorias tecnológicas necessárias para impulsionar o crescimento econômico. As bases do crescimento precisam ser devidamente reconhecidas se os formuladores de políticas pretendem planejar e implantar reformas adequadas ao crescimento sustentado. Tais bases dependem de características econômicas, sociais e políticas específicas da América Latina.

A América Latina tem características próprias que podem nortear a identificação das bases de seu crescimento. Embora, sem dúvida, existam grandes diferenças entre os países, a região como um todo tem três características importantes que a tornam peculiar. A primeira é de natureza econômica: a América Latina é a região em desenvolvimento com a maior abertura financeira do mundo. A segunda é política: a América Latina é a região em desenvolvimento mais democrática do mundo. A terceira abrange as áreas econômica e social: a América Latina também é a região com a maior desigualdade econômica e social.

Abertura financeira significa que poucas restrições (nenhuma em alguns países) limitam o fluxo de capital internacional. Com algumas exceções (em especial a Argentina, o Equador e a Venezuela), os países da América Latina reduziram de forma significativa os controles de capital nas duas últimas décadas, começando com o chamado Plano Brady, que possibilitou a resolução da crise de dívida que infestou a região. A abertura financeira melhorou o acesso da região aos mercados internacionais. Com taxas de poupança doméstica muito baixas, os formuladores de políticas da América Latina procuraram incrementar os esforços de desenvolvimento com influxos de capital, especialmente o investimento estrangeiro direto. Porém, uma maior abertura financeira pressupunha uma política que permitisse a avaliação

do desempenho econômico pelas forças de mercado mediante o comportamento dos mercados de capitais internacionais. Desse modo, a maior integração aos mercados de capitais internacionais aumentou tanto a capacidade financeira como a vulnerabilidade às mudanças de percepção dos investidores estrangeiros sobre a solvência de um país.

Do ponto de vista político, por diversas medidas, a América Latina é a região mais *democrática* do mundo em desenvolvimento. Sua democratização, em ascensão desde a década de 1970, deve-se em grande parte à queda dos regimes militares. É claro que ser a região mais democrática do mundo em desenvolvimento não significa que todos os países exibem o mesmo grau de democracia. Na verdade, alguns indicadores dão uma

classificação muito baixa para a democracia de países como Bolívia, Equador, Nicarágua, Venezuela e, mais recentemente, Honduras. Apesar disso, o nível de democracia relativamente alto na América Latina exerce um papel importante na obtenção do crescimento sustentável. Um número significativo de eleitores deverá compartilhar os benefícios das reformas se elas forem sustentáveis. Além disso, qualquer oposição às reformas de mercado pode ser expressa por meio de processos democráticos e reduz as chances de futuras reformas.

O ceticismo com relação às reformas é consequência da grande desigualdade econômica da região.

A América Latina tem uma das *distribuições de renda mais desiguais* do mundo desde a década de 1960, desigualdade essa que superou a da África Subsaariana em 2005 (ver Universidade das Nações Unidas: http://www.wider.unu.edu/research/Database/en_GB/wiid/). As evidências indicam que, acima de certo nível, a desigualdade de renda pode reduzir o crescimento em geral e deter o processo de reforma na América Latina em particular. Em uma região caracterizada por altos níveis de democracia e de desigualdade, o já frágil apoio à reforma de mercado poderia ser facilmente desestabilizado até mesmo por um choque de menor magnitude que a retração econômica atual.



Liliana Rojas-Suarez é economista do Centro de Desenvolvimento Global, sediado em Washington

Cortesia: Lilliana Rojas-Suarez



© Natacha Pisarenko/AP Images

Estes funcionários de restaurante e cerca de 30 colegas assumiram uma pizzaria em Buenos Aires quando os proprietários abandonaram o negócio durante a crise econômica argentina de 2002. O governo aprovou uma lei para ajudar as empresas administradas por trabalhadores por meio de cooperativas ou sob a propriedade do Estado

BASES PARA O CRESCIMENTO NA AMÉRICA LATINA

Essas três características da região identificam as bases a considerar nas reformas para a promoção do crescimento sustentável. Como a América Latina optou por manter um modelo de crescimento voltado para o mercado, as bases serão aquelas que criam incentivos para o funcionamento desses mercados.

Direitos de propriedade garantidos: isto significa proteção da propriedade privada e também a garantia de que trabalhadores e empreendedores poderão se beneficiar de seus investimentos, quer seja em capital humano, instalações e equipamentos ou pesquisa de novas tecnologias. Essencialmente, a população precisa ter a confiança de que os frutos de seu trabalho e investimento não serão de repente tomados pelo Estado ou por políticos poderosos. Garantir os direitos de propriedade como política nacional de boa governança significa estabelecer regras claras para o jogo. Os contratos serão respeitados e as disputas contratuais serão resolvidas.

Os direitos de propriedade foram violados com frequência na história recente da região. Um exemplo bem conhecido é o congelamento dos depósitos

bancários na crise argentina de 2001. Naquele episódio, os depositantes sofreram grandes perdas patrimoniais.

Outro exemplo vem do Brasil, onde, a despeito das reformas do sistema jurídico, a proteção dos direitos de propriedade é fraca. Em um clima político no qual a democratização deu mais voz a uma grande classe de pessoas economicamente privadas de direitos civis, há fortes incentivos para ignorar a lei como meio de melhorar as disparidades de renda. Por exemplo, a invasão de propriedades rurais por agricultores sem terra e de imóveis urbanos por famílias sem teto tornou-se uma prática aceita. Os juízes em geral tendem a favorecer a parte mais pobre nas decisões referentes ao cumprimento de contratos. Esse problema

de aplicação da lei é um sério obstáculo ao investimento privado na produção.

Os índices globais distinguem a América Latina, junto com o Sul da Ásia e a África, como tendo os direitos de propriedade mais fracos do mundo. Duas exceções na região são o Chile e a Costa Rica, cujas fortes estruturas institucionais estão realmente ficando mais fortes desde as reformas da década de 1990.

Oportunidades iguais e suficientes: esta base exige a *criação de condições de igualdade* para que a interação com o mercado atinja amplos segmentos da sociedade. Isso significa reduzir as barreiras a novas empresas abertas por pessoas que não têm influência política ou financeira.

A maioria da população da região não tem acesso a financiamento, devido a exigências regulatórias inadequadas ou obstáculos criados por uma estrutura institucional fraca. Por exemplo, apesar das boas intenções de proteger os pobres, as taxas de juros máximas sobre os empréstimos bancários prejudicam o fornecimento de crédito a pequenas empresas. Isso ocorre porque, em vista dessa limitação, os bancos preferem conceder empréstimos a mutuários mais seguros, tais como grandes empresas e pessoas ricas.

No entanto, algumas reformas estão aumentando as oportunidades. Na Costa Rica, a maior liberalização do comércio e a diversificação das atividades de exportação tiveram efeitos positivos sobre a equalização das oportunidades. No setor têxtil, por exemplo, as mulheres conseguem emprego em fábricas onde anteriormente tinham acesso apenas a cargos de menor produtividade. No Brasil, graças a mudanças nos requisitos de idade mínima e a uma nova regra para o cálculo de benefícios, a qualificação para a aposentadoria tornou-se similar para trabalhadores pobres e ricos.

Concorrência econômica e política suficiente para evitar o domínio das elites: esta base é importante e distinta das duas primeiras porque, apesar dos direitos de propriedade garantidos e das oportunidades iguais, a maior parte dos recursos do Estado ainda pode convergir para um grupo relativamente pequeno de pessoas físicas e empresas, reduzindo os incentivos ao investimento para os investidores não relacionados politicamente.

Um exemplo de desrespeito à lei nessa área foi demonstrado pela privatização da empresa de telefonia pública do México em 1990 que, implantada sem uma estrutura institucional adequada, resultou em comportamento predatório e uso do poder de monopólio.

Embora necessárias, essas três bases sozinhas não são suficientes para a obtenção do crescimento sustentado na América Latina. Por causa de seu longo histórico de crises econômicas recorrentes e da reputação de taxas de inflação e déficits fiscais extremamente altos, os investidores tendem a fugir da região ao primeiro sinal de problemas econômicos, exacerbando qualquer crise. Assim, para que o modelo voltado para o mercado seja sustentável na região, uma quarta base se faz necessária.

Estabilidade macroeconômica: a estabilidade depende de uma economia que funcione bem, com dívida administrável, estabilidade de preços e contas fiscais saudáveis, para que outra reforma leve ao crescimento sustentável. No passado, as crises decorrentes da falta de estabilidade macroeconômica geraram fortes recessões e ajustes fiscais. Esses ajustes em geral levaram a cortes de despesas nas áreas social e de infraestrutura, o que prejudicou os pobres e diminuiu as perspectivas de crescimento no longo prazo.

A América Latina fez o maior progresso ao lançar esta base nos últimos anos. Desde o começo dos anos 2000, muitos países começaram a melhorar sua posição fiscal e reduzir sua dívida externa. Além disso, os bancos centrais implantaram regimes monetários anti-inflacionários e acumularam grandes reservas de divisas como medidas de autoproteção contra choques externos adversos. Na mais

recente crise fiscal mundial, Brasil, Colômbia, Chile e Peru beneficiaram-se desses avanços.

A região precisa de mercados que funcionem bem, mas tal necessidade pode conflitar com os desejos expressos por grandes segmentos da população. Esse conflito pode ameaçar o crescimento sustentado. Para resolvê-lo, uma quinta base para o crescimento sustentado da América Latina exige:

Total compartilhamento dos benefícios do crescimento: se apenas determinados segmentos da sociedade se beneficiarem do maior crescimento econômico, poderá haver uma reação política negativa por parte dos não beneficiados. Na América Latina há um número muito grande de desempregados, pensionistas, estudantes e outros dependentes. No entanto, essas pessoas também precisam se beneficiar das reformas econômicas. Caso contrário, elas poderão tornar-se fortes oponentes das reformas.

Esta última base esteve em falta na maioria dos países durante o processo de reforma dos anos 1990 e início dos anos 2000. Por exemplo, na Costa Rica, a redução de tamanho do setor público enfraqueceu muitos programas governamentais que garantiam total compartilhamento de benefícios, como os programas de educação, infraestrutura e assistência social. Isso ajudou a solidificar um partido político contrarreformista.

○ CAMINHO CERTO

Fortalecer essas bases precisa ser uma prioridade para os formuladores de políticas da América Latina a fim de que o crescimento seja sustentável. A boa notícia é que muitos países estão buscando propostas práticas e factíveis, descritas em meu livro *Growing Pains in Latin America [As Dores do Crescimento na América Latina]* (2009). Uma conclusão importante a tirar é que, apesar das características comuns no que diz respeito às bases para o crescimento, os países da região necessitam de reformas e políticas muito diferentes. Não há um tipo de prescrição que se aplique a todos os países da América Latina, pois cada um tem suas próprias características econômicas, sociais e políticas. ■

Ver Rojas-Suarez (org.), *Growing Pains in Latin America: An Economic Growth Framework as Applied to Brazil, Colombia, Costa Rica, Mexico and Peru [As Dores do Crescimento na América Latina: Estrutura de Crescimento Econômico Aplicada a Brasil, Colômbia, Costa Rica, México e Peru]* (2009), *Centro de Desenvolvimento Global*.

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Direitos de Propriedade: Uma Maneira de Fugir da Pobreza e da Guerra

Hernando de Soto



© Sílvia Izquierdo/AP Images

Habitantes de favelas urbanas em geral não têm direitos legais de propriedade, embora suas famílias morem no local há gerações. Essas crianças brincam na favela da Rocinha no Rio de Janeiro

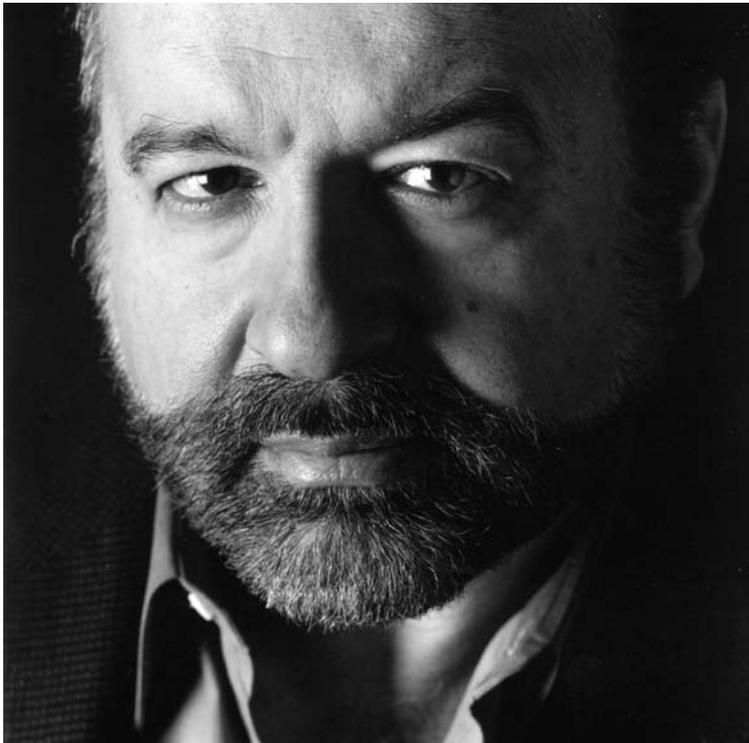
Os pobres do mundo não são destituídos de ativos. A melhor governança permitirá aos pobres comprovar a titularidade de seus bens e usá-los como alavancagem para conseguir mais prosperidade.

Hernando de Soto é economista peruano e autor de O Mistério do Capital. É cofundador e presidente do Instituto para a Liberdade e Democracia (ILD), organização sem fins lucrativos com sede em Lima que auxilia chefes de Estado de países em desenvolvimento e de ex-países soviéticos a criar economias de mercado inclusivas mediante a reforma dos direitos comerciais e de propriedade.

A globalização aumentou a prosperidade no mundo todo, embora bilhões de pessoas de países em desenvolvimento ainda estejam atolados na pobreza, servindo de terra fértil para a agitação social e recrutadores de terroristas. De acordo com a Comissão

para o Empoderamento Jurídico dos Pobres, que presidi em conjunto com a ex-secretária de Estado Madeleine Albright, dois terços da população mundial — 4 bilhões de pessoas — não podem comprovar seus ativos, onde estão empregados ou que empresas dirigem. Sem a titularidade legal de suas casas, terras e pequenas empresas, não podem alavancar esses ativos e são forçados a operar fora da lei em economias informais. Ali, criam suas próprias normas e práticas que são tão deficientes a ponto de tornar impossível melhorar de vida. O Instituto para a Liberdade e Democracia (ILD) chama essa condição de “informalidade”.

Nossa missão é ajudar os países em desenvolvimento a criar economias de mercado inclusivas, dando a todas as pessoas acesso aos instrumentos legais que ajudarão arrancá-las — e a seus países — da pobreza: direitos legais de propriedade, formas legais de comércio para distribuir



Cortesia: ILD

O economista peruano Hernando de Soto é presidente do Instituto para a Liberdade e Democracia e autor de *The Other Path: The Economic Answer to Terrorism* [O Outro Caminho: A Resposta da Economia ao Terrorismo].

trabalho e prosperar e dispositivos de identidade para permitir a expansão de seus mercados além do âmbito da família e dos amigos.

Governos de muitos países em desenvolvimento parecem desconsiderar o fato de que quase 80% de seus imóveis e empresas não estão legalmente registrados em seus sistemas de registro de propriedades nem são governados pelo Estado de Direito. Nos Estados Unidos, todo pedaço de terra, toda casa, todo automóvel, todo avião, toda patente, todo manuscrito de um livro ou de um filme tem sua contraparte virtual registrada e descrita em documentos e bancos de dados. Essa existência registrada torna o ativo disponível para ser usado como caução. Uma casa ou empresa não documentada em uma favela, contudo, não pode ser hipotecada.

Na verdade, os pobres possuem a maioria dos ativos e empresas do mundo — no valor aproximado de US\$ 10 trilhões, pela estimativa do ILD. Esses ativos e empresas estão condenados a continuar “capital morto”, a menos que possam ser legalizados para passar a ser dirigidos e identificados segundo normas padronizadas. Muitos países em desenvolvimento ainda estão tentando entender como a riqueza potencial encerrada em suas próprias economias informais pode ser liberada para beneficiar tanto os pobres quanto a sociedade em geral.

○ PODER DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE

Ações realizadas pelos países em desenvolvimento para estabelecer direitos de propriedade mais claros e dar à população pobre acesso mais fácil aos meios legais para registrar suas propriedades contribuirão para reduzir a pobreza. A titularidade legal significa que você tem uma caução para apresentar em um banco e se qualificar para um empréstimo com a finalidade de construir e ampliar um negócio. Seja titularidade, crédito, capital ou ainda identificação, nenhuma das coisas que formam uma economia moderna é possível sem propriedade legal.

Em todos os países em que trabalhamos, descobrimos que o motivo para a maioria das pessoas e empresas operar na economia informal não é por elas serem criminosas ou culturalmente despreparadas para beneficiar-se da economia de mercado, como alguns cientistas sociais já alegaram. Economias subterrâneas prosperam porque é muito difícil entrar no sistema legal devido a custos burocráticos, normas discriminatórias e simples legislação malfeita. A boa governança

não significa somente o fornecimento de serviços sociais e segurança; os governos também devem dar a seu povo uma estrutura legal que o acolha no mercado e o capacite para pôr em ação o potencial de seus ativos.

Os pobres são impedidos de acumular capital em muitos países. Sem direitos de propriedade garantidos e explícitos, não podem captar investimentos. Sem um documento legal que represente valor, não podem usar sua casa para garantir crédito. Enfiados em favelas, sem nada a perder, os pobres são alvo fácil para recrutadores de terroristas que prometem proteger seus bens pelo uso da força. O ILD, na verdade, ajudou a colocar os terroristas do Sendero Luminoso fora de ação no Peru ao oferecer aos pobres a alternativa mais segura da propriedade legal. De acordo com Abimael Guzmán, na época líder do Sendero Luminoso, essa estratégia teve o propósito de “afastar as massas de seu objetivo histórico”. Jaime Salinas, o general responsável pelas operações de contrainsurgência no início da década de 1990, desde então declara que as ideias e as atividades do ILD foram fundamentais para o combate ao terrorismo.

Com esse propósito em mente, as autoridades afegãs, bem como as Equipes de Reconstrução das Províncias do Afeganistão e o programa Equipes de Terreno Humano

no Iraque, pediram para o ILD fornecer-lhes planos para adaptar essas estratégias ao combate contra a insurgência e o tráfico de drogas.

○ DESAFIO DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização veio para ficar, mas continuará a ser um alvo fácil para seus oponentes enquanto somente as elites forem globalizadas. Isso é especialmente verdade no mundo em desenvolvimento e nos países antes dominados pela União Soviética. O desafio consiste em dar à maioria das pessoas e empresas do mundo uma participação no comércio internacional. Para isso os países em desenvolvimento devem permitir o acesso aos instrumentos legais já garantidos aos empreendedores dos países ricos: direitos de propriedade, responsabilidade limitada, proteção de ativos, organização de hierarquias de gestão e capacidade de emitir ações.

A avidez em criar economias de mercado inclusivas é forte entre a liderança política em países em desenvolvimento e nos países antes dominados pela União Soviética. Trinta e cinco chefes de Estado convidaram o ILD para ajudá-los, e me reuni com 32 deles. Desde a fundação do ILD em 1984 e o sucesso das reformas das propriedades e das empresas no Peru, o instituto trabalhou com 20 países da América Latina, da África, do Oriente Médio, da Ásia Central e da ex-União Soviética.

O estabelecimento de uma estrutura institucional para uma economia de mercado moderna e inclusiva é um trabalho difícil — complicado, laborioso, entediante e não muito romântico. Deve ser criado um sistema facilmente compreensível em conformidade com as tradições de seus beneficiários e com seus modelos territoriais e comerciais. Mas Deus está nas pequenas coisas, segundo o ditado, e isso também é verdadeiro para a reforma legal.

IMPACTO MUNDIAL DO PROGRAMA DE REFORMA INSTITUCIONAL DO ILD

Frequentemente recebemos de chefes de Estado pedidos do programa de reforma multifásica do ILD. O instituto então envia uma pequena equipe e recruta equipes locais bem maiores, que serão treinadas segundo nossa metodologia. A etapa seguinte e essencial é um diagnóstico dos setores formais e informais do país. Isso exige pesquisa abrangente em áreas urbanas e rurais para avaliar a extensão da economia informal do país. Quando enviamos essas informações ao chefe de Estado, também descrevemos as características da economia informal, por que as pessoas a preferem e seu valor em termos de



O vice-presidente do Equador, Lenin Moreno (à direita), examina documentos com o líder indígena da tribo shuar, Manuel Chuinda, quando os índios shuar ganharam títulos de propriedade de terra em 2007

capital morto. Somente com essas informações em mãos, podemos passar às fases de Projeto e Implementação da Reforma. À medida que avançamos, contudo, os governos tendem a nos afastar, o que é um bom sinal. As equipes locais então assumem nosso trabalho.

Os países clientes, em geral, ficam chocados com nossas conclusões sobre a informalidade generalizada de suas economias. Mas também demonstramos que há um potencial econômico — e político — massivo que podem aproveitar dedicando-se simplesmente à reforma institucional. O suporte governamental é fundamental, em especial para enfrentar a oposição das elites burocráticas e empresariais que se beneficiam do *status quo*.

O melhor argumento a favor da reforma legal das propriedades e das empresas é que ela funciona. Vinte anos depois de a iniciativa do ILD de reforma em nosso país, o Peru, ter ajudado a formalizar 1,7 milhão de ativos de imóveis urbanos e facilitado a criação de empresas, a vida melhorou para nossos pobres, e a classe média cresceu de forma significativa. Nosso PIB vem crescendo cerca de 8% ao ano ultimamente. Grande parte desse crescimento vem da construção, mineração e exportação de bens agroindustriais. Esses setores não poderiam ter crescido sem os direitos de propriedade sólidos de terras e minas.

Impressionado com nossas realizações no Peru, o governo de El Salvador convidou o ILD para adaptar essas reformas após a guerra civil. Até o fim de 2003, o sistema de formalização de imóveis projetado pelo ILD havia colocado 1 milhão de salvadorenhos sob o Estado de Direito e também ajudado no assentamento pacífico de ex-combatentes e refugiados em terras produtivas. Atualmente o sistema de registro salvadorenho trata de mais de US\$ 800 milhões em hipotecas por ano.

Em 2004, o ILD apresentou um relatório ao governo do Egito, com recursos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional/Egito. O governo, desde então, deu andamento a 14 de nossas 20 propostas de reforma para integrar a economia informal na economia formal do Egito. Em 2009, o relatório *Como Fazer Negócios* do Banco Mundial classificou o Egito como um de seus “reformistas mais importantes”.

Nas Filipinas, a presidente, Gloria Macapagal Arroyo, criou o Programa de Reforma de Ativos Urbanos com base na pesquisa de 1999 a 2003 do ILD. No final de seu governo, ela havia emitido quatro atos do executivo e iniciado sete programas sobre titularidade de terras, título de posse, hipotecas e outras “reformas de ativos”.

Com base no trabalho do ILD na Tanzânia de 2005 a 2007, o governo colocou a reforma institucional no centro de seu programa Mkurabita. A influência do ILD também atingiu países onde nunca havíamos trabalhado, como Gana, África do Sul, Tailândia, Índia e Rússia. No discurso sobre o Estado da União de 2005, por exemplo, o então presidente Vladimir Putin anunciou que havia concedido a titularidade de aproximadamente 350 mil *dachas* (casas de campo), de acordo com seu chefe de gabinete, com base no Programa de Reformas do ILD.

O trabalho do ILD também influenciou os protocolos de grandes organizações multilaterais. A popular série *Como Fazer Negócios* do Banco Mundial foi inspirada pela pesquisa do ILD no Peru. E, no ano passado, a Assembleia Geral da ONU votou para adicionar à sua agenda recomendações da Comissão para o Empoderamento Jurídico dos Pobres.

As nações desenvolvidas não devem também esquecer a importância de um inventário completo dos direitos de propriedade. Vejam a crise financeira global que começou em 2008, desencadeada pelo colapso dos instrumentos

financeiros derivados do mercado de hipotecas *subprime* nos Estados Unidos. Combinados em um fundo comum com outras hipotecas e em seguida divididos, retalhados, reacomodados e vendidos a investidores no mundo todo, esses “derivativos” desprenderam-se dos ativos subjacentes; pior ainda, nunca foram documentados, padronizados ou registrados de modo a serem facilmente rastreados — seguindo a exigência legal prescrita para o restante dos documentos de propriedade que respondem por tudo o mais que possuímos, de carros, casas até empresas e patentes. Em resumo, a comunidade financeira criou sua própria “economia informal” no valor estimado de US\$ 600 trilhões em instrumentos financeiros que ainda não foram localizados nem eliminados. Eles se tornaram os infames “ativos tóxicos” que congelaram o sistema de crédito global, porque bancos e instituições financeiras não tinham certeza em quais contrapartes poderiam confiar.

Para nós, do Terceiro Mundo, nossos documentos de propriedade, em sua maioria, são “tóxicos” — não são registrados, difíceis de identificar e com um valor tão opaco que pessoas comuns não podem confiar umas nas outras. Embora a economia dos EUA já tenha começado a crescer, a maioria de nossas empresas opera em meio a uma crise crônica de crédito. É por isso que levar o Estado de Direito aos mercados emergentes pode se tornar a medida mais importante a ser tomada para ajudar esses países a acabar com a pobreza. Não é possível superar a pobreza e a exclusão no século 21 sem a disseminação de empresas formais e direitos de propriedade — o portal para a prosperidade. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Empresas Buscam Boa Governança em Mercados em Desenvolvimento

Scott Eisner



© Tran Van Minh/AP Images

Este restaurante KFC é uma das empresas ocidentais que se instalaram na cidade de Ho Chi Minh na última década, desde que o Vietnã se tornou mais aberto à globalização

“O investimento estrangeiro direto não tem dever de fidelidade nem nacionalidade fixas”, declarou o presidente de Gana, John Atta Mills, em recente reunião de cúpula sobre negócios. “Ele vai para onde é mais bem-vindo.” O presidente Mills sabe que para atrair capital de investimento de corporações com sede nos EUA e de outras empresas multinacionais, as nações em desenvolvimento precisam oferecer estabilidade política, Estado de Direito e ambiente econômico favorável aos negócios. As decisões das empresas sobre investimento não são subjetivas nem arbitrárias, ao contrário, representam uma avaliação cuidadosa sobre se determinado país oferece a boa governança necessária para que as operações prosperem.

Scott Eisner é diretor executivo da Iniciativa Negócios na África da Câmara Americana de Comércio.

O mundo em desenvolvimento é a última fronteira de crescimento para muitas empresas importantes, e a comunidade empresarial americana busca avidamente por oportunidades nesses países. São muitos os benefícios de investimentos nas nações em desenvolvimento: mão de obra barata, recursos naturais abundantes e grandes mercados consumidores, para mencionar alguns. Em uma economia global, porém, esses países constituem anomalias para o funcionamento de empresas sofisticadas. Problemas aparentemente intransponíveis — como instabilidade política, força de trabalho sem instrução, ambientes comerciais obscuros e infraestrutura precária — estão impedindo as companhias



O logotipo da Coca-Cola é uma imagem comum em Shenzhen, na China. Essa empresa americana tem presença global equivalente à de qualquer corporação multinacional, produzindo bebidas em mais de 200 países

americanas de competir pelos últimos mercados nos quais poderiam continuar sua expansão. Os possíveis problemas podem simplesmente superar as oportunidades em várias análises de custo-benefício realizadas pelas empresas. Há 20 anos, a Câmara Americana de Comércio elaborou um documento simples intitulado “Doze Regras para Investidores Internacionais: O Que Faz com que uma Empresa Americana Decida Investir no Exterior?”. O objetivo do documento é explicar aos governos estrangeiros os critérios usados pelas multinacionais americanas na hora de decidir se devem ou não investir no exterior e onde. A revista *Forbes* tem usado essas regras na elaboração de seu relatório anual “Melhores Países para Se Fazer Negócios”.

BOA GOVERNANÇA ATRAI INVESTIMENTOS

Alguns dos critérios para atrair investimentos — o tamanho do mercado interno ou a disponibilidade de

matérias-primas — são realidades que os governos não podem mudar conforme a sua vontade. Ou o país é abençoado com recursos naturais ou não é. Se o mercado interno for pequeno, nenhuma lei poderá torná-lo grande.

Mas muitos outros critérios estão inteiramente no domínio da ação governamental. Os impostos, as tarifas e as regulamentações são onerosos? Fazer negócio é uma coisa simples, direta e fácil? A corrupção é generalizada? O Judiciário é imparcial e eficaz? Os governos podem promulgar e aplicar leis que criem um bom ambiente para o funcionamento dos negócios e tornar o país mais atraente como destino de investimentos.

Por exemplo, as empresas precisam ter garantias razoáveis de que seus investimentos estarão a salvo independentemente dos ventos políticos de uma economia nacional específica. Na maioria dos setores, se o executivo de uma empresa acreditar que o pessoal, as instalações e outros investimentos não estarão seguros devido à situação política do momento ou a uma revolta política recente em determinado país, essa empresa não investirá ali. O risco é grande demais.

O curioso é que as empresas americanas não procuram necessariamente países de regime democrático como possíveis destinos de investimentos. Quando as empresas analisam a governança de um país como parte da matriz para determinar onde investir, estabilidade política

com regime não violento é geralmente suficiente. A segurança dos investimentos é um requisito.

Além de estabilidade política, ter uma força de trabalho instruída é fundamental para atrair investimentos estrangeiros diretos (IED). As companhias americanas operam com um modelo comercial único. A maioria das empresas listadas no Fortune 500 (índice das principais companhias compilado anualmente por uma respeitada revista de negócios) entra em um novo mercado com visão de longo prazo. Em geral, essas empresas esperam que suas filiais internacionais sejam autossuficientes e querem que empreguem trabalhadores locais. Elas sabem que o pessoal local pode transitar em seu próprio ambiente comercial com mais facilidade que os estrangeiros e sabem que melhorar o padrão de vida e a economia locais acabará levando a uma base consumidora maior.

Grande parte do sucesso das empresas americanas no âmbito internacional baseia-se no modelo de investimento não imperialista. Essa visão cooperativa pode ser um

enorme benefício para um destino de investimentos com potencial de criar empregos para a população local. Portanto, é compreensível que a educação e a capacitação técnica da população sejam condições indispensáveis para sua contratação por uma grande firma americana. As empresas consideram que a falta de instrução é um dos maiores obstáculos no mundo em desenvolvimento, e muitas delas acham necessário incluir uma escola técnica ou cursos de capacitação em seu investimento inicial. Isso aumenta o custo do negócio e o cronograma para que a empresa comece a funcionar.

Além de estabilidade política e de uma força de trabalho capacitada, as empresas que pensam em investimento no mundo em desenvolvimento exigem uma série de condições básicas para investir em determinado país. Os investidores necessitam processos transparentes para abrir e fazer negócios em um país. As exigências não podem mudar sem aviso. Ademais, os investidores americanos precisam operar em um sistema de concorrência igual para todos. Todas as empresas americanas estão sujeitas à Lei sobre a Prática de Corrupção no Exterior, portanto, não podem pagar propinas sem correr o risco de sofrer penalidades impostas pelo sistema jurídico americano. Dessa forma, é difícil para as companhias americanas competir em um país que funciona à base de um sistema de propinas.

Outro elemento básico necessário para atrair investimentos do setor privado é um Estado de Direito transparente e confiável. As corporações precisam ter certeza de que o sistema jurídico do país funciona. Elas precisam ter confiança de que se forem processadas ou precisarem abrir um processo jurídico, o resultado será imparcial.

AMBIENTE FAVORÁVEL AOS NEGÓCIOS

Além desses elementos básicos, as companhias buscam um ambiente favorável aos negócios. Os executivos que participaram do estudo de 2009 da Câmara Americana de Comércio, *A Conversation Behind*



Em maio de 2009 a Wal-Mart abriu seu primeiro ponto de venda na Índia. Essa gigante do comércio varejista tem mais de 4 mil lojas em 15 países do mundo

© Altatf Qadri/AP Images

Closed Doors: How Corporate America Really Views Africa [Conversa a Portas Fechadas: Como as Corporações Americanas Realmente Veem a África], disseram que muitos países em desenvolvimento que concorrem pela atenção dos investidores estão fazendo mudanças positivas no ambiente comercial interno. Esses são os países que atrairão IED. Simples ajustes — tais como facilitar a obtenção de vistos de negócios válidos para várias entradas no país — são muito importantes para os possíveis investidores. A existência de um serviço único eficiente para orientar os investidores sobre o processo local para abrir um negócio torna a possibilidade de investimento menos assustadora.

Certamente, alguns países foram muito bem-sucedidos em atrair investimentos internacionais, como o Panamá e Ruanda. O governo panamenho, por exemplo, oferece aos investidores nacionais e estrangeiros uma série de incentivos, inclusive créditos fiscais e taxas fixas de importação. Neste ano, Ruanda foi considerado pelo Banco Mundial o país que mais rapidamente efetuou reformas para facilitar as atividades comerciais.

Cingapura é outro exemplo interessante. Um pequeno Estado insular sem recursos naturais tornou-se uma potência industrial cujo padrão de vida é um dos mais altos do mundo. Considere também a diferença entre a Coreia do Sul e seu vizinho do Norte, visto como mais bem dotado em recursos naturais. A Coreia do Sul é atualmente uma das maiores e mais dinâmicas economias do mundo com uma sociedade próspera, ao passo que a economia estatal da Coreia do Norte depende de doadores internacionais para alimentar seu povo.



© Mary Ann Chastain/AP Images

A BMW construiu sua primeira fábrica fora da Alemanha na Carolina do Sul, nos EUA, na década de 1990. Melhor acesso ao mercado americano e estabilidade governamental estão entre os fatores que influenciam as decisões da BMW. Esta foto de 1996 mostra o ministro da Defesa da Alemanha, Volker Ruehe (à esquerda) e o governador da Carolina do Sul, David Beasley, em um Roadster Z3 durante visita à fábrica da montadora

Um exemplo que deve ser avaliado com cautela são as recentes ações do governo do Equador que mostraram o preço das políticas desfavoráveis aos negócios em termos de impedir investimentos e criação de empregos. O ambiente para os negócios deteriorou-se quando o governo equatoriano realizou a maior e mais mal paga expropriação de um investimento americano no mundo nas últimas décadas (o confisco de US\$ 1 bilhão em ativos de campos petrolíferos); interferiu em um processo judicial de grande monta; aumentou as tarifas; e agora ameaça confiscar a propriedade intelectual de companhias internacionais. Os resultados são claros: os investimentos estrangeiros em termos de percentual do PIB no período 2005-2007 foram um dos mais baixos na América Latina (junto com Venezuela e Bolívia), de acordo com a Comissão Econômica da ONU para a América Latina e o Caribe.

Outro grande fator desestimulante para as empresas que pesquisam um país específico para investir é a ausência de infraestrutura básica. O potencial incomparável do setor agrícola da África é um dos exemplos mais representativos. A África Subsaariana tem vastas extensões de terras cultiváveis e abriga uma enorme variedade de produtos agrícolas; contudo, uma grande quantidade dos alimentos cultivados jamais chega ao mercado. A falta de infraestrutura viária na

região impede o transporte eficiente da produção; frequentemente os produtos agrícolas apodrecem antes de chegar aos consumidores. Se houvesse uma rede confiável de estradas e ferrovias ligando a terra cultivável aos portos e aos grandes mercados urbanos, diversas empresas agrícolas importantes estariam investindo lá.

As infraestruturas elétrica e de telecomunicações são tão importantes na economia globalizada quanto os transportes. Podem os vendedores e os compradores, os empregados e os empregadores se comunicarem com rapidez?

O velho adágio nunca foi tão verdadeiro — tempo é dinheiro. Em recente visita a uma tecelagem na Etiópia, fiquei sabendo que para uma fábrica receber um novo desenho, um empregado tinha de fazer o *download* em uma cidade a quatro horas de distância, gravá-lo em CD e fazer a viagem de volta de quatro horas para entregar o novo pedido. Se houver alguma alteração no desenho, o processo se repete. Essa certamente não é uma maneira econômica de administrar um negócio, mas em um país com acesso muito limitado à internet, isso é uma realidade.

A maior parte das características que o setor privado americano procura ao prospectar destinos de investimento não está relacionada com grandes volumes de capital. Ao contrário, as mudanças necessárias exigem determinação do governo para que o país se torne um local atraente para se fazer negócios. Se um país conseguir alcançar estabilidade política e estancar a corrupção para criar um ambiente comercial transparente, a educação dos cidadãos e a construção da infraestrutura necessária virão em seguida — seja com investimento do setor privado, seja com ajuda internacional. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

A Força dos Números: O Poder do Comércio Regional

Mweusi Karake



© Sayid Azim/AP Images

Cafeicultores etíopes escolhem os melhores grãos do café recém-colhido. Adesão da nação ao Comesa dá aos produtores acesso a mais mercados da região

Nações da África Oriental e Austral estão trabalhando há quase uma década para construir uma aliança com o objetivo de fortalecer sua posição como força econômica e comercial. Reconhecem que boa governança e políticas coerentes em toda a região criarão um melhor ambiente para negócios e comércio. Um ambiente de negócios aperfeiçoado fornecerá ao povo maiores oportunidades de empregos e prosperidade.

Mweusi Karake é diretor de Relações Públicas do Mercado Comum da África Oriental e Austral (Comesa) e trabalha na sede da organização em Lusaka, Zâmbia.

Nações vizinhas no mundo estão se unindo em grupos de comércio regionais, melhorando o acesso a mercados regionais e fortalecendo sua integração econômica. Comprometendo os parceiros com

regras claras e aplicáveis, essas organizações promovem a transparência e a boa governança. A tendência é marcada por uma série de acrônimos que se espalham pelo globo – Apec (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático), Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), e, naturalmente, o mercado regional mais avançado do mundo, em elaboração há décadas, a UE (União Europeia).

Agora, surge o Comesa, o Mercado Comum da África Oriental e Austral.

O Comesa tem 19 países-membros: Burundi, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Ilhas Comores, Ilhas Maurício, Ilhas Seychelles, Líbia, Madagascar, Malawi, Quênia, República Democrática do Congo, Ruanda, Suazilândia, Sudão, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. Quatorze desses Estados já estão em uma área de livre comércio.

O desenvolvimento do comércio entre nossas nações-membros é a base de nossa agenda, e temos buscado uma variedade de medidas para liberalizar e facilitar o comércio em toda nossa região em um processo que economistas chamam de “integração”. Também temos um sonho de que nosso relacionamento leve a um mercado comum e alcance a união monetária, seguindo o mesmo curso dos europeus.

A Área de Livre Comércio do Comesa nos fornece um tipo de bloco comercial no qual nossos países concordaram em eliminar tarifas e cotas quando comercializamos entre nós mesmos. O nosso próximo passo nesse processo de integração econômica será formar uma “união aduaneira”, na qual mantemos nossos acordos de livre comércio e também adotamos uma política comum para uma tarifa externa imposta sobre produtos importados de nações não membros. Nossos chefes de Estado finalizaram os principais instrumentos para criar a União Aduaneira em junho de 2009.

Imaginamos que essa união melhorará o comércio e as atividades comerciais na África de diversas maneiras. Por exemplo, atualmente produtos importados do Japão para Ruanda são fiscalizados por funcionários da fronteira em vários pontos — quando são descarregados do navio em Mombasa, Quênia; quando seguem por terra do Quênia para Uganda; em seguida novamente, quando cruzam a fronteira nacional rumo à vizinha Ruanda. Recebem uma inspeção final dos funcionários em Kigali. Com a União Aduaneira, os produtos serão simplesmente inspecionados e liberados uma única vez em Mombasa. Acreditamos que a redução de inspeções para produtos irá beneficiar negócios e consumidor, simplificando o

comércio, reduzindo custos e eliminando oportunidades de corrupção que possam surgir em cada ponto de inspeção.

A FORÇA DOS NÚMEROS

Com uma população regional de 400 milhões de pessoas e um produto interno bruto de quase US\$ 420 bilhões, a nossa região é atraente para investimentos e comércio neste mundo globalizado.

Intensificar acordos comerciais regionais permite aos nossos países-membros se preparar melhor para se tornarem completamente engajados como participantes ativos na economia global. Esse treinamento em comércio regional permite às indústrias crescer em um ritmo administrável até que estejam prontas para ingressar no imenso mundo do comércio global. Além disso, alianças regionais de nações com uma posição unificada exercem mais poder quando entram em fóruns internacionais do que uma nação individual que procura uma posição nacional isolada.

O acordo promove boa governança porque gera comércio transparente, competitivo e baseado em regras. O Comesa criou instituições para garantir que as regras acordadas pelas nações-membros sejam respeitadas. O Tribunal de Justiça do Comesa, por exemplo, permite que as partes prejudicadas, sejam elas pessoas físicas ou países, procurem reparação.

O tribunal foi criado pelo Tratado do Comesa em 1994 como um dos órgãos do Comesa. No momento, o tribunal é composto por 12 juízes, oriundos de 12 diferentes Estados-membros do Comesa. Os juízes do tribunal são pessoas imparciais, independentes e íntegras e também preenchem as condições necessárias para ocupar altos cargos judiciais em seus respectivos países. A independência do órgão é demonstrada pelo fato de que a secretaria e outras instituições do Comesa perderam causas no tribunal.

Para oferecer proteções adicionais para os princípios de livre mercado e proteção de direitos de propriedade, o Comesa criou a Agência de Seguros de Comércio da África (ATI), que cobre riscos que os investidores podem considerar originários do ambiente político. Países-membros da ATI devem contribuir com dinheiro para o fundo de seguros, esquema que



Líderes africanos frequentam a reunião de cúpula do Comesa de 2007. Vistos a partir da esquerda, o presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, o rei Mswati III da Suazilândia, o presidente de Uganda, Yoweri Museveni, e o primeiro-ministro etíope, Meles Zenawi

©Khalil Senosil/AP Images

cria incentivos para que os países lidem com investidores de maneira responsável.

Por meio da ATI, o Comesa cobre investimentos que poderiam ser confiscados e nacionalizados por um governo extremamente zeloso. A ATI também cobre perdas que poderiam ocorrer a um investidor por meio de outra ação, inação ou interferência governamental. Esse seguro também cobre perdas causadas por guerras, distúrbios e tumultos civis ou terrorismo.

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS DA INTEGRAÇÃO

Esse processo de integração econômica conquistou ampla aceitação na teoria e na prática econômica desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Em muitas partes do globo, acordos regionais criaram ambientes mais favoráveis para o desenvolvimento da boa governança, do setor privado, de infraestrutura melhorada, de instituições públicas e da sociedade civil. À medida que o desenvolvimento avança e amadurece, acredita-se que a integração econômica em uma região também contribua para aumentar a paz e a segurança e melhorar a interação com outras regiões do mundo.

Certamente alguns interesses podem se perder nesse processo. Por exemplo, países que eram altamente dependentes de taxas de importação podem incorrer em perdas temporárias no curto prazo quando a União Aduaneira se tornar completamente operacional. Estamos

preparados para mitigar e ajustar essas perdas e já estamos fazendo isso. Em setembro de 2009, o Comesa desembolsou perto de 15 milhões de euros para Ruanda e Burundi pelas perdas ocorridas devido à remoção ou redução de taxas de importação com base no acordo da União Aduaneira da África Oriental para o exercício financeiro de junho de 2008 a junho de 2009. O Comesa também está analisando como mitigar custos sociais possíveis, como a perda de empregos nacionais entre despachantes aduaneiros cujos números diminuirão já que os pontos de inspeção para mercadorias serão reduzidos.

Ganhos significativos já foram alcançados por nossas nações-membros e seus cidadãos. A eliminação de barreiras para o comércio entre os membros do Comesa contribuiu para o crescimento estrondoso de nossa região. O comércio aumentou cinco vezes, passando de US\$ 3 bilhões no ano de 2000 para US\$ 15 bilhões em 2009. Produtos como alimentos e materiais de construção estão atravessando as fronteiras das nações do Comesa em maiores volumes.

Nossa Área de Livre Comércio serviu também ao pequeno comerciante da fronteira pelo Regime de Comércio Simplificado (STR) do Comesa, principalmente mulheres e jovens que comercializam em pequenas quantidades. Atravessando fronteiras nacionais de ônibus, caminhão, bicicleta e mesmo a pé, esses comerciantes transportam produtos que normalmente valem menos de US\$ 500 e, desse modo, não precisam apresentar um certificado de origem para os produtos.

Essas transações são pequenas no grande esquema de comércio global, mas fazem diferença substancial na vida das pessoas que comercializam quantidades pequenas de produtos como farinha de milho, açúcar, feijão e bebidas. Como as mulheres são muito ativas nesse nível de comércio, o pequeno comércio transfronteiriço contribui com a comida e a matrícula escolar das crianças. Todos sabemos que a renda das mulheres tem um peso direto no bem-estar de nossos lares, especialmente nas famílias da área rural.

○ PRÓXIMO PASSO

A União Aduaneira do Comesa (CCU) avançará com base no sucesso da última década, resultando em um fluxo

maior de produtos e serviços uma vez que os produtores aproveitam os mercados maiores para distribuir e vender seus produtos. Haverá mais comércio na região porque os produtores da União Aduaneira mantêm uma vantagem de preços para seus produtos sobre os importados de países não membros da união. As nações da CCU chegarão a um acordo sobre harmonizar suas respectivas políticas de impostos, assim, o campo de disputa regional será igualado e a eficiência em produção e a competitividade aumentarão. O resultado provavelmente será novos acordos de política, enviando uma mensagem para a comunidade de investimento global de que a estabilidade e a certeza estão melhorando em toda a região e criando um ambiente mais favorável para investimentos.

Criar, operar e consolidar a CCU é trabalho que ainda nos aguarda, e isso exigirá determinação e um compromisso inabalável dos líderes políticos nos poderes executivo e legislativo dos governos. Os sistemas judiciários também devem se mostrar à altura de seu papel de protetores das leis regionais, para que empresas e investidores saibam que seus interesses nos termos da lei serão protegidos na implementação de programas de integração.

As partes interessadas em nosso futuro — os setores público e privado e as organizações da sociedade civil — devem reconhecer que esse processo é do maior interesse de nossas famílias, nossos países e nossa região. A União Aduaneira do Comesa pode atuar como um importante bloco para o progresso continental. Se não trabalharmos juntos de uma

maneira organizada e disciplinada, os africanos não poderão se relacionar de maneira bem-sucedida com um mundo globalizado.

Um renascimento africano deve ser apoiado por meio de instituições africanas cada vez mais fortes que promovam um continente unido, forte e livre com uma voz global e um papel nos processos globais. O Comesa é uma instituição que trabalha hoje para transformar esse sonho em realidade. ■



Favas de baunilha são agrupadas em Madagascar; outro membro do Comesa

© AP Images

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Cidade de Naga Trabalha por Transparência e Responsabilidade

Entrevista com Jesse Robredo



Cortesia: Randyvic Villafloir/Centro de Visitantes da Cidade de Naga

A cidade de Naga publica a Carta dos Cidadãos a cada três anos, detalhando as taxas e as responsabilidades da cidade

Uma cidade de médio porte das Filipinas conquistou reputação como modelo de prática de bom governo. Não se trata de reputação conquistada por um único ato ou declaração, mas por uma ação após outra, mês após mês, ano após ano. Naga serviu seu povo de modo consistente e confiável, conquistando sua fé e confiança.

Jesse Robredo foi o prefeito eleito da cidade de Naga na maior parte dos últimos 20 anos. Chegou ao governo municipal com dois diplomas de pós-graduação e experiência de trabalho em uma empresa de alimentos para o consumidor.

Naga recebeu mais de 150 prêmios — internacionais, nacionais e regionais — por suas práticas sólidas e inovadoras. Foi reconhecida pelo seu custo-eficácia, pela revista Foreign Direct Investment, e por sua excelência no serviço público, pelas Nações Unidas. O prefeito Robredo governa a cidade com um conselho municipal de 13 membros e conversou com a editora-gerente da eJournal USA, Charlene Porter.

Pergunta: Sr. prefeito, como o senhor descreve a ligação entre boa governança e desenvolvimento econômico?

Jesse Robredo: Para nós é importante demonstrar práticas de boa governança, a fim de garantir a confiança de nosso eleitorado e dos contribuintes. A confiança incentivará as empresas a investir na cidade. A confiança incentivará a pagar os impostos necessários, para que possamos usar o dinheiro investindo em infraestrutura e em outras atividades ligadas à promoção do desenvolvimento da cidade.

Boa governança significa aplicar o Estado de Direito, ser transparente em todas as transações da Prefeitura, criar indicadores de desempenho em tudo o que fazemos e tornar esses indicadores conhecidos de todos. Estamos tornando a Prefeitura responsável por determinados padrões mensuráveis que temos de levar aos moradores da cidade.

Não se trata de dizer apenas: “Praticamos boa governança em Naga.” Em vez disso, dizemos: “Essas são as especificidades de como fazemos. É o que vocês podem esperar do governo municipal. Essas são as obrigações exigidas de nós ao servirmos as pessoas e desenvolvermos a cidade.”

P: Dê-nos alguns exemplos dessas especificidades mencionadas.

Robredo: Desde 2001, emitimos o que chamamos de *Carta dos Cidadãos*. Aprovamos uma lei municipal exigindo que a Prefeitura atualize a *Carta dos Cidadãos* a cada três anos. Essa carta explica exatamente o que o governo municipal fará para os que residem na cidade. Por exemplo, emissão de licenças comerciais, emissão de licenças para construção, quem é responsável, quais as taxas, e assim por diante.

Todas essas informações são publicadas em um livro. O livro é distribuído aos moradores da cidade para que eles saibam exatamente o que podem esperar da Prefeitura. Isso minimiza a corrupção de maneira significativa. Quando você conhece os procedimentos, sabe quem é responsável por eles, o sistema se torna transparente e responsável.

Temos outra lei local que nos obriga a ter organizações não governamentais e representantes presentes em tudo o que fazemos na cidade. Essa lei, na verdade, estabelece

o que chamamos de Conselho Municipal Popular de Naga. É uma federação de todas as organizações não governamentais da cidade. Esse conselho indica seus representantes para as comissões do governo municipal. Nessas comissões, eles fazem parte do quórum. Podem votar; podem debater com as autoridades eleitas. Essa lei foi promulgada em meados dos anos 1990.

Antes disso, realizamos o primeiro referendo das Filipinas, quando convidamos as pessoas a votar em determinadas questões de desenvolvimento que teriam impacto de longo prazo no desenvolvimento de Naga. Recorremos então ao voto, e creio ter sido a primeira e única vez que um governo local pediu para o povo votar em questões de desenvolvimento. Em primeiro lugar, perguntou-se aos cidadãos se eles gostariam que a cidade levantasse um novo distrito comercial; em segundo lugar, se eles permitiriam que a cidade fizesse empréstimos para financiar esse novo distrito; em terceiro lugar, se a cidade deveria impor o que chamamos de codificação de cores dos triciclos [motocicletas com *sidecars*]. Trata-se de veículos de utilidade pública, e queríamos codificar a cor para facilitar o acesso dos passageiros e o traçado dos diversos itinerários. Era uma questão de gestão de trânsito.

Quando realizamos o referendo sobre o novo distrito comercial, tentávamos basicamente despertar o interesse para essa ideia entre a população. Para desenvolver o distrito era necessário muito dinheiro público, por isso

partimos para o voto. Após a votação, o apoio para o projeto não veio só do conselho municipal, mas de toda a cidade. Precisávamos garantir a continuidade de apoio para o projeto. Quando se tem isso, promove-se a previsibilidade e a estabilidade e se inspira a confiança empresarial.

P: O senhor mencionou as ações adotadas pela cidade para criar transparência nas licenças e regulamentação das empresas. As políticas transparentes são muito atraentes para as empresas quando elas cogitam expandir suas operações para novas áreas. Essas ações da cidade de Naga se pagaram com investimentos das empresas?



Cortesia: Randyvic Villaflores/Centro de Visitantes da Cidade de Naga

O prefeito Jesse Robredo diz: “Boa governança significa aplicar o Estado de Direito, ser transparente em todas as transações da Prefeitura.”

Robredo: A maior operadora de shopping centers das Filipinas é a Shoemart ou SM. Ela criou um shopping center no novo distrito comercial, gerando 2 mil empregos e um investimento no valor de 1 bilhão de pesos filipinos [US\$ 21,3 milhões]. Eles puderam fazer isso por causa do referendo que estabeleceu o 2o Distrito Central de Negócios. Esse distrito foi legislado pelo governo municipal e desenvolvido para que pudéssemos criar mais espaço para o desenvolvimento comercial da cidade. O referendo garantiu o apoio do eleitorado.

Os resultados são de fato apoiados pelos processos. Quando investimos dinheiro em infraestrutura, dizemos sempre que precisamos fazer mais com menos, para podermos fazer mais. Quando se economiza dinheiro do governo, ele consegue fazer mais coisas. Assim, para nós é uma combinação do uso da legislação, do envolvimento do eleitorado e da garantia de apoio para que possamos apresentar novas áreas e locais de desenvolvimento. Quando se faz isso e as pessoas percebem que estão recebendo algo em troca de seu dinheiro, volta-se ao ciclo da cobrança de impostos.

Aumentamos os impostos duas vezes nos últimos cinco anos. Nas duas oportunidades a Câmara de Comércio aprovou resoluções, dizendo de fato: “Prefeitura, continue, eleve os impostos sobre os bens.” Isso comprova como mudamos a atitude dos moradores da cidade. Quando os contribuintes dizem “Continue, eleve os impostos”, isso significa que eles confiam no modo como seu dinheiro está sendo gasto, que estão envolvidos no desenvolvimento do planejamento da cidade e que desejam repartir a carga. Esse é o aspecto mais importante de como fazemos nosso trabalho na cidade.

P: De que tamanho é Naga?

Robredo: Em torno de 160 mil vivem permanentemente na cidade, mas a população diurna é de cerca de 300 mil a 350 mil, pois as pessoas vêm à cidade para trabalhar e estudar. Temos três universidades, e a maioria dos empregos da região está na cidade. O cálculo das transferências de financiamentos do governo nacional para a cidade baseia-se na população noturna, então pode-se dizer que estamos levando a pior. Porém, numa perspectiva mais ampla, essas pessoas estão contribuindo para o desenvolvimento econômico da cidade, por isso não nos importamos.

P: Durante a sua infância, Ferdinand Marcos estava no poder nas Filipinas. A era Marcos é reconhecida atualmente como corrupta em nível alarmante. Que

influência aqueles anos podem ter tido sobre a sua filosofia de governança?

Robredo: Quando eu era mais jovem, minha carreira estava direcionada para o trabalho em uma empresa privada e a subida na escada corporativa. Mas quando o senador Benigno Aquino foi assassinado em 1983, ingressei numa organização de tendências esquerdistas e percebi de repente que havia coisas mais importantes na vida do que conseguir um bom emprego corporativo.

Participei das marchas na Avenida Ayala em protesto pela morte do senador Aquino. Após a saída de Marcos, perguntaram-me se não estaria interessado em trabalhar no governo. Obtive uma licença de um ano na empresa em que trabalhava, e eles me permitiram voltar para Naga para trabalhar no governo. Depois de um ano de trabalho no governo, fui convidado a me candidatar a prefeito. Então eu disse: “Por que não?”

P: E o senhor tinha apenas 29 anos?

Robredo: Sim, quando assumi o cargo para meu primeiro mandato, tinha só 29 anos. Cumpri três mandatos, de 1988 até 1998. Então fiquei fora do cargo por três anos por causa das leis de limite de mandato. Em seguida fui reeleito em 2001 e ficarei até 2010.

P: Então, quando o movimento Poder Popular expulsou Marcos do poder, o senhor se tornou um jovem com grandes visões para seu país?

Robredo: Correto. E, como dizem, é melhor investir em algo em que se acredita. Nessa época eu era solteiro; era uma boa hora para eu trabalhar no governo sem pressão excessiva da família e com mais tempo para pensar sobre o que podia fazer para a comunidade e a cidade.

P: O senhor recebeu reconhecimento e atenção expressivos pelas políticas que preparou para pôr em vigor na cidade. Que tipo de efeito de propagação suas ações e a atenção recebida estão causando em outras cidades e comunidades das Filipinas?

Robredo: Temos o que chamamos de Lei de Capacitação do Povo da cidade. Atualmente foi aprovada lei semelhante em provavelmente cinco outras cidades do país e várias outras cidades menores. Assim, o conceito de compartilhar o poder e capacitar o eleitorado é uma tendência que continuará no futuro.

A Lei de Capacitação do Povo reconhece a

contribuição de grupos organizados da cidade. Há um conselho popular que tem voz ativa em todas as comissões da cidade. O desafio mais difícil é como envolver as famílias comuns, em que as pessoas não estão interessadas em políticas públicas, mas apenas em que o lixo seja recolhido, as luzes das ruas funcionem e as ruas sejam pavimentadas. Os serviços básicos prestados. Então dizemos: “Vamos apresentar outra forma de envolvimento que permitirá às famílias comuns falar conosco.” Então aprovamos a lei da I-governança: O “I” representa abertura de informações, governança inclusiva, envolvimento interativo e gestão inovadora.

O orçamento da cidade é publicado e acessível a todos. Essas ferramentas estão se difundindo em toda parte nas Filipinas. Em 2001 aprovamos a primeira carta dos cidadãos nas Filipinas, e agora existe uma lei nacional

exigindo que todos tenham uma carta dos cidadãos.

Temos outro projeto: reinventar o Conselho Escolar da Cidade. Estamos nos associando a uma organização não governamental, a Fundação Synergeia. Basicamente, esse enfoque está melhorando a qualidade da educação pública ao ressaltar a participação dos pais e ao capacitar as escolas. Então, essas são inovações mais ligadas à governança do que a levantar novos recursos.

Fui a outras províncias para defender essas questões e falar sobre elas como pessoa capacitada. Assim, somos suficientemente competentes e confiantes de ser uma cidade de expediente nessas questões. ■

As opiniões expressas nesta entrevista não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Criando Empresas de Alto Impacto

Elmira Bayrasli



Cortesia: Endeavor

Andy Freire (à esquerda) e Santiago Bilinkis criaram a Office Net, a maior empresa de materiais de escritório da América Latina, com a ajuda da Endeavor

Os empreendedores jamais terão êxito ou contribuirão para a prosperidade geral se seus negócios forem solapados por subornos e demonstrativos financeiros falsos. Mas, nos países em desenvolvimento, há empreendedores promissores que desejam operar com transparência e honestidade, como aqueles do mundo desenvolvido. A Endeavor, organização sem fins lucrativos, encontra esses empreendedores, ajuda-os a obter o capital e a assessoria de que necessitam e os fortalece com visão, dinamismo e sonhos para gerar empregos e prosperidade em suas respectivas comunidades.

Elmira Bayrasli é vice-presidente de Política e Assistência Comunitária da Endeavor, com sede na cidade de Nova York.

Todo mundo tinha inveja de Andy Freire e Santiago Bilinkis. Ao terminar a universidade na década de 1990, ambos tinham empregos respeitáveis e bem pagos em sua terra natal, a Argentina, na Proctor &

Gamble, empresa multinacional fabricante de produtos domésticos e de cuidados pessoais.

Naquela época — como hoje — era difícil conseguir emprego em mercados emergentes como o da Argentina. Havia poucos inovadores dispostos a assumir riscos e criar empregos. Assim, pelo modo de pensar do povo da região, quem tinha um emprego era uma pessoa de sorte. Mas Andy e Santi largaram o emprego e concentraram suas energias na criação de uma empresa de venda de materiais de escritório, a OfficeNet. Eles se inspiraram em um modelo de negócio popularizado pela fabricante de computadores Dell: vender materiais de escritório para clientes por meio de catálogos. Como não iriam manter uma loja, poderiam economizar em despesas gerais e oferecer preços competitivos a seus clientes.

“Loucos”, foi a resposta que ouviram de quase todo mundo.

Disseram-lhes que, para fazer suas entregas

pontualmente e conhecer clientes, teriam de lançar mão de subornos e falsificar os demonstrativos financeiros. Tal prática parece desonesta aos empresários ocidentais, mas naquele tempo e local não era. Era simplesmente o jeito de fazer negócios na Argentina.

Andy e Santi não queriam pagar suborno, “molhar a mão” das pessoas ou falsificar demonstrativos financeiros. Eles queriam dirigir um negócio com ética, transparência e a serviço do consumidor. Sonhavam em repetir a história de sucesso de Tom Stemberg, empreendedor de Boston que abriu uma empresa multimilionária de materiais de escritório, a Staples. Andy e Santi queriam que a OfficeNet fosse a Staples da América Latina. E foi exatamente isso o que disseram a Linda Rottenberg em 1998, quando ela estava fundando a Endeavor.

AS SEMENTES DA ENDEAVOR

A Endeavor foi a ideia que Rottenberg teve de ajudar os empreendedores de mercados emergentes, ideia essa que nasceu um dia quando ela estava andando de táxi em Buenos Aires. O motorista do táxi disse-lhe que era engenheiro. “Por que então estava dirigindo um táxi?”, perguntou ela. “Por que não era um empreendedor?”

“O que é empreendedor?”, perguntou o motorista. Ele nunca tinha ouvido a palavra “empreendedor” porque na década de 1990 essa palavra não existia em espanhol.

Rottenberg começou a procurar empreendedores de mercados emergentes com grandes ideais, paixão e potencial para causar alto impacto. Ela queria fornecer-lhes mentores, redes e ferramentas para ajudá-los a avançar com seus empreendimentos.

Esse apoio os tornaria capazes de incrementar seus negócios e criar um setor privado vibrante e favorável ao investimento, bem como uma classe média forte. Ao mesmo tempo, ela imaginava que esses empreendedores poderiam servir de modelo para suas comunidades e seus países.

Rottenberg vira o milagre que o microfinanciamento havia realizado em toda a América Latina. Com empréstimos de apenas US\$ 50 ou US\$ 100, milhões de beneficiários foram capazes de abrir um negócio e encontrar um meio de sair da pobreza. Talvez a mesma estratégia pudesse ajudar empresas em dificuldades a se tornarem grandes empreendimentos.

Rottenberg sabia que muitos milhões de dólares estavam sendo investidos em grandes firmas de propriedade de famílias ricas nos mercados emergentes. Mas nenhum investidor queria arriscar seu capital em empreendedores promissores como Andy e Santi. Eles haviam aberto um negócio, mas precisavam de mais apoio para crescer.

A Endeavor ajudou Andy e Santi a fortalecer as operações, o gerenciamento e o financiamento de sua empresa. Ajudou-os a obter capital para ampliar seu



Cortesia: Endeavor

Linda Rottenberg (à esquerda) é cofundadora e diretora executiva da Endeavor. Aqui ela é vista com Leila Velez, cofundadora dos salões de cabeleireiro Beleza Natural, empresa que se expandiu com o apoio da Endeavor

negócio sem ter de pagar suborno ou recorrer a práticas comerciais deploráveis. A Endeavor pôs Andy e Santi em contato com Tom Stemberg, da Staples, que os orientou sobre como criar e expandir a OfficeNet.

Em 2004, a Staples havia adquirido a OfficeNet e ajudado a transformá-la na maior empresa de materiais de escritório da América Latina. E, o que é mais importante, mudou o cenário comercial na Argentina. Influenciadas pelo exemplo de Andy e Santi, outras empresas argentinas começaram a manter um único registro contábil preciso e a recusar-se a pagar suborno. Elas pagavam seus fornecedores em dia e prestavam serviços aos consumidores pontualmente. Estavam ávidas para repetir o sucesso da OfficeNet.

Em 2007, a OfficeNet havia criado 700 empregos.

A ENDEAVOR SE EXPANDE

Hoje o sonho de Linda Rottenberg é realidade em 11 mercados emergentes do mundo: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Egito, Índia, Jordânia, México, África do Sul, Turquia e Uruguai.

Nesse percurso, milhares de pessoas empreendedoras encontraram o caminho da prosperidade, como Leila Velez, do Brasil.

Leila cresceu em uma favela no Rio de Janeiro. Seu pai era porteiro e sua mãe, empregada doméstica. Todos previam para Leila um futuro sombrio, mas ela tinha um grande sonho.

Com sua prima Zica, Leila desenvolveu um “tratamento para cabelo” centrado em um produto criado por elas, um relaxante que não seria vendido nas prateleiras das lojas. Leila e Zica queriam abrir um salão,

ao qual as mulheres interessadas no produto iriam para tratar de seus cabelos com um profissional.

“Loucas”, diziam as pessoas. “Os pobres da favela não pagam para fazer o cabelo”, foi o que ouviram. Mas Leila e Zica pensavam diferente. “As pessoas pobres também querem se sentir bonitas”, disse-me Leila um dia.

Nem Leila nem Zica tinham formação em Química. Elas nunca haviam trabalhado em um laboratório de pesquisa e desenvolvimento. Mas depois de anos de trabalho em salões de beleza, começaram a criar o seu próprio relaxante para cabelos. Nas primeiras vezes, a experiência não deu certo. Seus maridos perderam os cabelos depois dos tratamentos com uma fórmula, mas os experimentos continuaram.

Por fim o produto funcionou e foi chamado de Beleza Natural. Então, elas se empenharam em abrir o seu primeiro salão. Ainda durante o primeiro ano de operação, o produto que elas haviam inventado tornou-se tão popular que as mulheres chegavam a esperar até quatro horas para tratar de seus cabelos com o Beleza Natural.

Leila e Zica sabiam que tinham criado algo de grande impacto. Foi então que conheceram a Endeavor.

A Endeavor ajudou a conectar as empreendedoras às maiores empresas do ramo no Brasil. Essas empresas as orientaram a abrir sua própria fábrica e as incentivaram a abrir outros salões no Rio de Janeiro. Porém, o mais importante, como diz Leila, “a Endeavor me deu confiança para acreditar nos meus sonhos, pensar grande e crer que eu também posso ser uma grande líder empresarial”.

Hoje, a Beleza Natural emprega mais de mil pessoas. A empresa opera seis salões no Brasil e uma fábrica. Em 2008, faturou mais de US\$ 30 milhões.

○ GUIA DA ENDEAVOR PARA O SUCESSO

Depois de avaliar milhares de candidatos para prestar-lhes assistência, a Endeavor aprendeu que aqueles com potencial para causar alto impacto entram no processo em diferentes estágios, em setores diferentes e com necessidades variáveis. Não há uma definição de “empreendedor de alto impacto” que sirva para todos os casos, mas, como regra, a Endeavor procura empresários visionários que dirigem empresas de alto potencial, inovadoras, com faturamento anual de US\$ 500 mil a US\$ 20 milhões. O portfólio da Endeavor inclui provedores de TI, engenheiros, arquitetos, designers de moda e até mesmo açougueiros.

Uma vez selecionados, a Endeavor oferece serviços personalizados a cada empreendedor. Nos últimos 11 anos, a organização criou a VentureCorps, uma rede dinâmica de líderes empresariais internacionais que fornece assessoria especializada, contatos e apoio para

atender às necessidades específicas dos empreendedores. Os serviços da Endeavor visam fornecer orientação a líderes empresariais locais e globais, talento gerencial de empresas de renome e das principais escolas de Administração, bem como acesso a redes de difícil penetração.

A Endeavor é basicamente um modelo de desenvolvimento: nossa missão é possibilitar que o empreendedorismo de alto impacto floresça nos países em desenvolvimento, assim como acontece na América do Norte. Consideremos, por exemplo, o Vale do Silício. A comunidade californiana que passou a ser conhecida como um poço de inovação em Tecnologia da Informação não é simplesmente um grupo de empreendedores tecnológicos reunidos no mesmo local. É uma comunidade que apoia os empreendedores e inclui universidades com grande capacidade de pesquisa e desenvolvimento, investidores desejosos de assumir riscos reais, consultores que fornecem apoio básico e uma comunidade que celebra o empreendedorismo.

Em 2006, no Uruguai, conheci o colunista do *New York Times* Thomas Friedman, que participava de um encontro com empreendedores da Endeavor daquele país. Ele estava conhecendo pela primeira vez o trabalho da Endeavor de dar impulso ao empreendedorismo de alto impacto no mundo.

Sentei-me ao seu lado e pude ver até que ponto ele estava envolvido com os empreendedores e suas ideias. Algumas semanas mais tarde, ele trocou mensagens com a diretora executiva da Endeavor, Linda Rottenberg. Falaram sobre como os esforços da Endeavor representam a incorporação dos princípios que Friedman descreveu em seu livro de 2005 sobre globalização, *O Mundo é Plano*. A Endeavor está tornando as comunidades mais seguras, ao mesmo tempo que auxilia os países a passar da ajuda internacional para o investimento internacional.

Em edição revisada de *O Mundo é Plano*, publicada em 2007, Thomas Friedman acrescentou um capítulo sobre o trabalho da Endeavor. Nele, descreve o modelo da Endeavor e como ela está incentivando os futuros empreendedores a perseguir seus sonhos.

“Sempre vemos debates contra a pobreza, mas nenhum debate pró-empresendedorismo”, escreveu Friedman. “O poder inspirador da história de sucesso de uma empresa local é incalculável: não há maior motivação para os pobres do que ver que um dos seus conseguiu vencer na vida e dizer: ‘Se ela conseguiu, eu também posso’.” ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Reformas Promovem Negócios em Cidades da Índia

Miarta Capaul e Jana Malinska



Foto: Adam Jones/adamjones.freeservers.com

Comerciante cuida de sua banca no mercado de Madurai, Índia

As políticas governamentais são determinantes para possibilitar ou dificultar o sucesso de empreendimentos comerciais. Em um Estado federal, essas políticas podem variar enormemente de uma jurisdição para outra. Publicação lançada em 2009 pela Corporação Financeira Internacional e pelo Banco Mundial examina a diferença frequente e significativa entre as práticas e as políticas dos governos locais referentes à regulamentação dos negócios na Índia. O relatório trata de regulamentações que afetam sete estágios na vida de pequenas a médias empresas nacionais.

Miarta Capaul e Jana Malinska são coautoras do relatório Doing Business in India 2009 [Como Fazer Negócios na Índia 2009]. O documento foi elaborado por uma equipe do Grupo do Banco Mundial a pedido

do Departamento de Política e Promoção Industrial do Ministério do Comércio e da Indústria da Índia. Mais informações sobre a íntegra do relatório e seus muitos pesquisadores e colaboradores estão disponíveis no site www.doingbusiness.org/india.

Considere este panorama: uma jovem indiana retorna de seus estudos no exterior com uma grande ideia para um novo negócio, mas precisa decidir onde abrir a loja. Os procedimentos burocráticos para iniciar sua empresa levam menos tempo em Noida (30 dias). Mas as licenças e taxas são mais baratas em Patna (38% da renda per capita) — simplesmente cerca da metade do que custa em Mumbai. E se ela precisar construir um depósito e fazer

as instalações necessárias para os serviços públicos? Obter todas as licenças levaria cerca de 80 dias em Bengaluru e em Hyderabad, duas vezes mais rápido que a média de 161 dias necessários nos Estados-membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. Em Calcutá demoraria mais 6 meses. E se as transações comerciais da nova empresária levarem a uma disputa que precise ser resolvida na Justiça? Esse processo costuma tomar tempo em toda a Índia. Mas embora provavelmente demore 20 meses em Guwahati, poderia levar 4 anos em Mumbai.

Todas as cidades da Índia têm estrutura jurídica e institucional similar, mas as regulamentações locais e a implementação local de leis nacionais varia. As reformas econômicas da década de 1990 deram maior autonomia aos estados, principalmente em questões relativas à terra e ao licenciamento. Isso contribuiu para as grandes variações nas regulamentações e práticas governamentais locais em toda a Índia — variações que influem nas atividades comerciais.

Como Fazer Negócios na Índia 2009 estuda a regulamentação dos negócios da perspectiva de uma empresa nacional pequena ou média. Examina 17 locais do país, incluindo Mumbai, para avaliar quais reformas funcionaram, onde e por quê. O relatório enfoca sete tópicos relativos à jurisdição e à prática locais: abrir um negócio, lidar com as licenças de construção, registrar bens, pagar impostos, comercializar além das fronteiras, cumprir contratos e encerrar um negócio.

RUMO A UMA REGULAMENTAÇÃO FAVORÁVEL AOS NEGÓCIOS

A Índia deve muito do seu sucesso econômico às reformas de liberalização iniciadas em 1991. A abertura ao comércio e ao investimento, bem como as iniciativas de desregulamentação, privatização e reforma tributária, ajudaram a impulsionar o crescimento econômico médio para 8,5% ao ano entre 2005 e 2008 e tiraram 300 milhões de pessoas da pobreza extrema.

Contudo, o crescimento recente não conseguiu criar empregos suficientes para absorver o enorme aumento



Indianas transformam sobras da produção em barras de manga, usando um secador solar. A pequena empresa começou com o apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

Cortesia: USAID

da força de trabalho na Índia. Estudo do Ministério de Estatísticas indiano mostrou que 90% da mão de obra ainda trabalha no setor informal, com pouca segurança de emprego e renda. O ritmo de crescimento mais rápido nos estados mais ricos aumenta as diferenças existentes em relação aos estados mais pobres. A promoção do crescimento inclusivo é um dos principais objetivos de desenvolvimento do 11o Plano Quinquenal da Índia.

Para ajudar a desencadear o potencial dos empreendedores locais, os governos nacional, estaduais e municipais precisam continuar trabalhando para criar um ambiente regulatório que incentive as empresas a operar no setor formal e a crescer. Reformas que reduzam a burocracia, esclareçam os direitos de propriedade e simplifiquem o cumprimento das regulamentações podem render grandes benefícios para empresas e trabalhadores. A boa notícia é que as reformas regulatórias estão em andamento. Mas seu ritmo têm variado em todo o país, e a Índia ainda tem um caminho a percorrer para se comparar em termos favoráveis com as boas práticas internacionais.

GANHOS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Como Fazer Negócios na Índia 2009 registra reformas comerciais significativas nos âmbitos nacional, estadual e municipal em 14 dos 17 locais avaliados. Isso inclui a informatização de cadastros, a colocação dos negócios

e registros de impostos on-line e o estabelecimento de “sistemas de janela única” para aplicativos — tudo tornando mais fácil para as empresas o cumprimento das regras e regulamentações.

O cadastramento da empresa é o primeiro contato que o empresário tem com as agências reguladoras do governo, e as reformas facilitaram o processo de cadastramento. Uma iniciativa do Ministério de Assuntos Corporativos, a MCA21, informatizou o registro de empresas. Conseguir a aprovação do nome de uma empresa, que em 2006 demorava de 4 a 6 dias, agora leva 2 dias nas 17 cidades. A cópia eletrônica do certificado de constituição da empresa está disponível em 2 ou 3 dias, comparado com 9 a 10 dias em 2006. Em Bhubaneswar e Hyderabad o registro para o imposto sobre valor agregado (IVA) e para o imposto profissional foi facilitado com a introdução de pontos de acesso único, e Patna e Ranchi reduziram a taxa de selo sobre documentos de constituição de empresa.

Os governos locais também reformaram os processos para obtenção de licenças de construção. A informatização e a maior eficiência administrativa aceleraram para 25 dias em média as aprovações de pedidos de licença de construção. Bengaluru, Gurgaon e Hyderabad introduziram sistemas eficientes de janela única para pedidos de licença de construção. Ahmedabad e Chennai possibilitaram aos construtores apresentar seus projetos por meio eletrônico para fins de avaliação automática baseada nas normas de construção e nos planos de zoneamento. Assim como Bengaluru e Hyderabad, essas cidades também possibilitaram aos construtores acompanhar suas solicitações on-line. Em 10 das 17 cidades, os formulários de inscrição estão disponíveis on-line — economizando aos empresários pelo menos uma visita à Prefeitura e uma tarde inteira perdida no trânsito.

Bengaluru tem o melhor desempenho na simplificação dos trâmites de licenças de construção. Em termos mundiais, a cidade está em 72^o lugar entre 181 economias, na frente da Itália (81^a) e só um pouco atrás da Noruega (67^a). Bengaluru é um exemplo de que uma cidade pode adotar políticas benéficas ao meio ambiente sem impor uma carga extra às empresas. A Corporação Municipal de Bengaluru se reserva o direito de ordenar o plantio de duas árvores em lotes maiores que 200 metros quadrados no momento em que a licença de construção é aprovada — mas não é necessário ir duas vezes até lá. Em Mumbai, ao contrário, os empresários têm de ir duas vezes à Secretaria de Arborização e esperar um mês pela reunião da Comissão de Arborização para receber a aprovação para construir um depósito.

O tempo que os empresários têm de esperar para registrar sua propriedade também depende de onde o negócio está localizado. Se for em Jaipur, o prédio estará registrado e pronto para alojar o novo empreendimento em 24 dias, 5 vezes mais rápido que em Bhubaneswar, onde demora 126 dias. Jaipur está entre as cidades que informatizaram o registro de terras, tornando mais fácil para os empresários a pesquisa de dívidas e o registro da escritura de venda. Gurgaon, que tem o melhor desempenho da Índia em registro de bens, aumentou a rapidez da transferência de bens por meio do desenvolvimento de um software personalizado e da capacitação de funcionários para realizar o registro. Vários estados diminuíram o custo de suas taxas de selo, como Délhi (de 8% para 6% para homens e de 6% para 4% para mulheres), a fim de incentivar os empresários a registrar formalmente suas propriedades.

Em termos gerais, o relatório constata que é mais fácil iniciar e operar um negócio em Ludhiana, Hyderabad e Bhubaneswar e mais difícil em Kochi e Calcutá. Mas para os governos comprometidos com a reforma, é o ritmo da reforma que importa e não a posição no ranking. Embora alguns lugares apresentem melhor desempenho do que outros no ranking geral, até mesmo os que ocupam as posições mais baixas têm algumas áreas de boas práticas. Por exemplo, embora Calcutá esteja em último lugar entre os 17 locais avaliados, foi a segunda cidade com custos mais baixos para iniciar negócios. Para outras cidades, essa é uma prática que vale a pena imitar.

REFORMAS NACIONAIS EM UM CONTEXTO GLOBAL

As reformas nacionais aumentaram a eficiência do sistema tributário. Em 2005, o governo nacional começou a introduzir uma taxa de IVA uniforme em todos os estados da Índia, eliminando alguns dos efeitos cascata causados pelos impostos locais. Em 2008, todos os estados tinham adotado o sistema de IVA. Em 2007, o principal imposto sobre vendas foi reduzido de 4% para 3%.

A Índia também melhorou seu marco legal e regulatório de modo a facilitar o cumprimento de contratos e o pedido de falência nas duas últimas décadas. Em 2008, a Suprema Corte da Índia permitiu o preenchimento eletrônico dos processos. O sistema de preenchimento eletrônico será estendido para os tribunais estaduais superiores em um futuro próximo e, finalmente, também para os tribunais distritais. Um novo site, Tribunais da Índia [<http://www.indiancourts.nic.in>], oferece um ponto único de acesso às informações relativas

à Suprema Corte e a todos os 21 tribunais superiores. Os litigantes podem conferir a situação de seus processos e consultar informações sobre julgamentos, normas e juízes de cada tribunal.

Apesar das reformas, o ambiente regulatório na Índia ainda tem um longo caminho a percorrer antes de atingir os padrões de desempenho internacionais que ajudarão a desencadear as forças empreendedoras. Em todas as 17 cidades, iniciar um negócio requer 12 procedimentos e 34 dias em média — 10 procedimentos e um mês a mais que na Austrália, que ocupa o terceiro lugar no ranking de facilidade para começar um empreendimento. As principais causas de demora são os procedimentos para registro tributário da empresa, previdência social e assistência médica. O cumprimento de um contrato leva em média 961 dias. Mais rápido que em qualquer lugar do Sul da Ásia, porém mais lento que no Brasil (616 dias) e em Hong Kong, China (211 dias), líder global em facilidade para cumprimento de contratos. Comparadas com economias de todo o mundo, as cidades da Índia estão defasadas no que diz respeito à facilidade para encerrar um empreendimento e pagar impostos.

O estudo *Como Fazer Negócios na Índia 2009* tem suas limitações. Os rankings dos relatórios *Doing Business* não contam toda a história sobre o ambiente de negócios de uma economia. Os indicadores não levam em conta todos os fatores importantes para fazer negócios — por exemplo, as condições macroeconômicas, a infraestrutura,

a qualificação da mão de obra ou a segurança. Mas melhoras em um ranking de economia indicam que o governo está criando um ambiente regulatório mais favorável aos negócios. E não há dúvida de que o estudo fornece um roteiro útil para os governos que encaram seriamente a reforma regulatória.

Atualmente, os estados competem ferozmente pela indústria. Isso deveria levar os governos a reformar as condições de negócios de modo a beneficiar todos os empresários — em vez de tomar o caminho mais fácil e oferecer incentivos especiais e terras para alguns poucos grandes empresários. Além disso, a concorrência global está se tornando cada vez mais local. Não são apenas os países que competem entre si, mas, cada vez mais, lugares específicos — Calcutá com Monterrey (México) ou São Paulo (Brasil), em vez da Índia com o México ou o Brasil. Governos locais que visam explorar totalmente o potencial das empresas locais — e convencer os investidores de que oferecem oportunidades mais lucrativas que os concorrentes — podem ter de acelerar o ritmo da reforma. ■

Para maiores informações sobre os dados, a metodologia e os colaboradores do relatório, consulte os sites www.doingbusiness.org/india e www.doingbusiness.org.

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Recursos Adicionais

Seleção de livros, artigos e sites

LIVROS E ARTIGOS

Åslund, Anders. *How Capitalism Was Built: The Transformation of Central and Eastern Europe, Russia and Central Asia* [Como o Capitalismo foi Construído: A Transformação da Europa Central e Oriental, da Rússia e da Ásia Central]. Nova York, Nova York: Cambridge University Press, 2007.

Balme, Richard e Didier Chabanet. *European Governance and Democracy: Power and Protest in the EU* [Governança Europeia e Democracia: Poder e Protesto na UE]. Lanham, Maryland: Rowman and Littlefield Publishers, 2008.

Baum, Matthew A. e David A. Lake. “The Political Economy of Growth: Democracy and Human Capital” [“A Economia Política do Crescimento: Democracia e Capital Humano”]. *American Journal of Political Science*, vol. 47, no. 2 (2003): pp. 333-347.

Comeau, Ludovic Jr. “Democracy and Economic Growth: A Relationship Revisited” [“Democracia e Crescimento Econômico: Uma Relação Revisitada”]. *Eastern Economic Journal*, vol. 29, no. 1 (2003): pp. 1-21.

Dabrowski, Marek, Ben Slay, Jaroslaw Neneman, orgs. *Beyond Transition: Development Perspectives and Dilemmas* [Além da Transição: Perspectivas e Dilemas do Desenvolvimento]. Aldershot, Hants, Reino Unido; Burlington, Vermont: Ashgate, 2004.

De Soto, Hernando. *O Mistério do Capital: Por Que o Capitalismo dá Certo nos Países Desenvolvidos e Fracassa no Resto do Mundo*. São Paulo, SP: Editora Record, 2001.

Doucouliagos, Hristos, e Mehmet Ali Ulubasoglu. “Democracy and Economic Growth: A Meta-Analysis” [Democracia e Crescimento Econômico: Metanálise”. *American Journal of Political Science*, vol. 52, no. 1 (2008): pp. 61-83.

Gerring, John, William T. Barndt, e Philip Bond. “Democracy and Growth: A Historical Perspective”

[“Democracia e Crescimento: Uma Perspectiva Histórica”]. *World Politics*, vol. 57, no. 3 (2005): pp. 323-364.

Harrison, Lawrence E. *The Central Liberal Truth: How Politics Can Change a Culture and Save It from Itself* [A Principal Verdade Liberal: Como os Políticos Podem Mudar uma Cultura e Salvá-la dela Mesma]. Nova York, Nova York: Oxford University Press, 2006.

Harrison, Lawrence E., e Peter L. Berger, orgs. *Harrison, Lawrence E. e Peter L. Berger, orgs. Developing Cultures: Case Studies* [Desenvolvendo Culturas: Estudos de Casos]. Nova York, Nova York: Routledge, 2006.

Henderson, Sarah L. *Building Democracy in Contemporary Russia: Western Support for Grassroots Organizations* [Construindo a Democracia na Rússia Contemporânea: Apoio Ocidental para Organizações de Base]. Ithaca, Nova York: Cornell University Press, 2003.

Johnston, Michael. *Syndromes of Corruption: Wealth, Power, and Democracy* [Síndromes de Corrupção: Riqueza, Poder e Democracia]. Cambridge, Inglaterra; Nova York, Nova York: Cambridge University Press, 2005.

Krastev, Ivan. *Shifting Obsessions: Three Essays on the Politics of Anticorruption* [Mudança de Obsessões: Três Ensaios sobre a Política Anticorrupção]. Budapeste, Hungria: Central European University Press, 2004.

Leeson, Peter T. “An-arrgh-chy: The Law of Economics of Pirate Organization” [“Arrgh-chy: A Lei da Economia da Pirataria”]. *Journal of Political Economy*, vol. 115, no. 6 (2007): pp. 1049-1094.

Mandelbaum, Michael. *Democracy's Good Name: The Rise and Risks of the World's Most Popular Form of Government* [O Bom Nome da Democracia: A Ascensão e os Riscos da Forma de Governo Mais Popular do Mundo]. Nova York, Nova York: Public Affairs, 2007.

Mungiu-Pippidi, Alina. “Corruption: Diagnosis and Treatment” [“Corrupção: Diagnóstico e Tratamento”]. *Journal of Democracy*, vol. 17, no. 3, julho de 2006, pp. 86-100.

Oppenheim, Lois H. *Politics in Chile: Socialism, Authoritarianism, and Market Democracy [Política no Chile: Socialismo, Autoritarismo e Democracia de Mercado]*. 3ª edição, Boulder, Colorado: Westview Press, 2007.

Rojas-Suarez, Liliana e Nancy Birdsall, orgs. *Financing Development: The Power of Regionalism [Financiando o Desenvolvimento: A Força do Regionalismo]*. Washington, DC: Centro para Desenvolvimento Global, 2004.

Rojas-Suarez, Liliana, org. *Growing Pains in Latin America: An Economic Growth Framework as Applied to Brazil, Colombia, Costa Rica, Mexico, and Peru [As Dores do Crescimento na América Latina: Estrutura de Crescimento Econômico Aplicada a Brasil, Colômbia, Costa Rica, México e Peru]*. Washington, DC: Centro de Desenvolvimento Global, 2009.

Root, Amanda. *Market Citizenship: Experiments in Democracy and Globalization [Cidadania de Mercado: Experiências em Democracia e Globalização]*. Los Angeles, Califórnia: Sage, 2007.

Shin, Doh Chull e Russell J. Dalton, orgs. *Citizens, Democracy, and Markets Around the Pacific Rim: Congruence Theory and Political Culture [Cidadãos, Democracia e Mercados na Bacia do Pacífico: Teoria da Congruência e Cultura Política]*. Nova York, Nova York: Oxford University Press, 2006.

Stahler-Sholk, Richard, Harry E. Vanden e Glen David Kuecker, orgs. *Latin American Social Movements in the Twenty-First Century: Resistance, Power, and Democracy [Movimentos Sociais na América Latina no Século 21: Resistência, Poder e Democracia]*. Lanham, Maryland: Rowman and Littlefield, 2008.

Tavares, Jose e Romain Wacziarg. "How Democracy Affects Growth" ["Como a Democracia Afeta o Crescimento"]. *European Economic Review*, vol. 45 (2000): pp. 1341-1378.

West European Politics in the Age of Globalization [Política da Europa Ocidental na Era da Globalização] [por] Hanspeter Kriesi ... [et al.]. Cambridge, Reino Unido; Nova York, Nova York: Cambridge University Press, 2008.

SITES

Governo dos EUA

Corporação Desafio do Milênio
<http://www.mcc.gov/>

Corporação para Investimentos Privados Internacionais (Opic)
<http://www.opic.gov>

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), Iniciativa de Desenvolvimento Global
http://www.usaid.gov/about_usaid/gdc/

Departamento de Comércio dos EUA, Administração do Comércio Internacional
<http://trade.gov/index.asp>

Departamento de Estado dos EUA, Escritório de Financiamento do Desenvolvimento
<http://www.state.gov/e/eeb/ifd/odfi/index.htm>

Setor privado

Centro de Desenvolvimento Global (CGD)
O CGD é uma organização independente e sem fins lucrativos de pesquisa de políticas públicas, dedicada a reduzir a pobreza e a desigualdade globais e a fazer com que a globalização beneficie os pobres.
<http://www.cgdev.org/>

Centro de Estudo da Democracia (CSD)
O CSD da Universidade de Califórnia, em Irvine, patrocina pesquisas e educação destinadas a melhorar o processo democrático nos Estados Unidos e a expandir a democracia no mundo.
<http://www.democ.uci.edu>

Mercado Comum da África Oriental e Austral (Comesa)

O Comesa, com seus 19 Estados-membros, trabalha para alcançar progresso social e econômico sustentável, pelo aumento da cooperação e da integração em todos os campos de desenvolvimento, inclusive comércio, assuntos aduaneiros e monetários, transporte, comunicação e tecnologia da informação, indústria e energia e recursos naturais e ambientais.

www.comesa.int/

Conselho Corporativo para África (CCA)

Iniciativa sediada em Washington que oferece parcerias de negócios entre empresas americanas e pequenas e médias operações na África Austral, o CCA possibilitou mais de US\$ 1,5 bilhão em transações e criou mais de 17 mil empregos em uma década de existência.

<http://www.africacncl.org>

Instituto de Estratégia Econômica (ESI)

O ESI dedica-se a garantir que a globalização trabalhe com as forças de mercado para alcançar o máximo de benefícios ao invés de distorcer os mercados e impor custos.

<http://www.econstrat.org>

Endeavor.org

A Endeavor é uma organização americana, com dez anos de existência, que dá assessoria, orientação e apoio a empreendedores em economias emergentes para lançarem negócios de alto impacto que resultem em desenvolvimento econômico em suas comunidades.

<http://endeavor.org>

Integridade Global

Este site fornece relatórios detalhados sobre a situação da integridade pública e da corrupção em 25 países.

<http://www.globalintegrity.org/2004/country.aspx>

Instituto de Globalização

Este instituto de pesquisa foi fundado em 2005 com o objetivo de analisar como a globalização pode trabalhar em benefício das pessoas mais pobres do mundo.

<http://www.globalisationinstitute.org/index.php>

Instituto para a Liberdade e Democracia (ILD)

O ILD oferece assistência técnica aos governos para desenvolver ferramentas legais que permitam a participação do cidadão nos mercados locais e internacionais.

<http://www.ild.org.pe>

Os estudos do ILD realizados em cada um dos 12 países da América Latina revelam o tamanho e as práticas de suas economias informais.

http://www.ild.org.pe/idx/execute_reports

Corporação Financeira Internacional (CFI)

A CFI, parte do Banco Mundial, fomenta crescimento econômico sustentável em países em desenvolvimento, financiando investimentos para o setor privado, mobilizando capital nos mercados financeiros internacionais e fornecendo serviços de consultoria para empresas e governos.

<http://www.ifc.org/>

Biblioteca de Economia e Liberdade

A biblioteca dedica-se a desenvolver estudos sobre economia, mercados e liberdade, oferecendo recursos na área econômica para estudantes, professores e pesquisadores.

<http://www.econlib.org/index.html>

Iniciativa Oportunidades para a Maioria

Esta iniciativa promove e financia modelos de negócios de mercado sustentáveis, que envolvam empresas do setor privado, governos locais e comunidades no desenvolvimento e na distribuição de produtos de qualidade em comunidades de baixa renda da América Latina e do Caribe.

<http://www.iadb.org/topics/om/index.cfm>

Transparência Internacional

Esta organização da sociedade civil global é considerada líder na luta contra a corrupção e publica anualmente o Índice de Percepção de Corrupção.

<http://www.transparency.org>

Câmara Americana de Comércio, Divisão Internacional

A Divisão Internacional da Câmara trabalha em colaboração com 112 câmaras americanas de comércio, operando em 99 países para expandir o engajamento global.

<http://www.uschamber.com/international/default.htm>

Movimento Mundial pela Democracia

Este movimento é constituído por uma rede global de ativistas, acadêmicos, formuladores de política e patrocinadores que cooperam na promoção da democracia.

<http://www.wmd.org>

FILMOGRAFIA

***Africa Open for Business* (2005)**

Duração: 60 minutos

Produtor: Carol Pineau

Sinopse: Este documentário desafia os estereótipos e prova que a África não pode ser definida facilmente. Traça o perfil de empresas em vários países africanos: Nigéria, Quênia, Gana, Lesoto, Senegal, Botsuana, Uganda, Zimbábue e Somália.

***The Business of Development* (2004)**

Duração: seriado de televisão em 14 partes

Produtor: World Television

Sinopse: Na última década, o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social corporativa tornaram-se preocupação central de pequenos e grandes

negócios. As empresas estão indo além das principais atividades comerciais para buscar soluções criativas para o desenvolvimento.

Commanding Heights (2002)

Duração: seriado de televisão em 3 partes

Produtor: WGBH/PBS (Serviço Público de Radiodifusão)

Sinopse: Este seriado do Serviço Público de Radiodifusão (PBS) conta os bastidores da nova economia mundial, a luta entre governos e mercados e a batalha em torno da globalização.

The Mystery of Capital Among the Indigenous Peoples of the Amazon

<http://www.ild.org> http://www.ild.org.pe/ldb/executive_reports/pe/indigenous-peoples-amazon/video

Duração: 28 minutos

Produtores: Bernardo Roca Rey e Hernando de Soto;

Produção do Instituto para a Liberdade e Democracia.

Sinopse: Hernando de Soto apresenta um documentário importante com descobertas das comunidades indígenas no Alasca, Canadá e na floresta peruana.

The Power of the Poor With Hernando de Soto (2009)

<http://www.ild.org.pe/news/the-power-of-the-poor-PBS>

Duração: 60 minutos

Produtor: Free to Chose Media; Fundação John Templeton

Sinopse: Este documentário para a TV examina como as ideias de Hernando de Soto e as reformas legais do Instituto para a Liberdade e Democracia (ILD) no Peru ajudaram a combater o terrorismo e auxiliaram outras nações em desenvolvimento em todo o mundo em sua luta contra a pobreza, a exclusão e o terrorismo.

Wide Angle: Ladies First (2005)

Duração: 55 minutos

Produtor: WNET Wide Angle

Sinopse: Este filme retrata Ruanda como um modelo de oportunidades feministas devido à sua Constituição, que assegura às mulheres pelo menos 30% de todos os cargos no governo, além de outras posições nas quais são responsáveis pela tomada de decisões.

PUBLICAÇÕES DO BUREAU DE PROGRAMAS DE

INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS

Panorama da Democracia. Washington, DC: Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA.

<http://www.america.gov/publications/books/democracy-in-brief.html>

eJournal USA: “O Empreendedorismo e a Pequena Empresa”, vol 11, nº 1 (janeiro de 2006)

<http://www.america.gov/publications/ejournalusa/0106.html>

eJournal USA: “Mercados e Democracia”, vol. 13, nº 6 (junho de 2008)

<http://www.america.gov/publications/ejournalusa/0608.html>

eJournal USA: “Transformando a Cultura da Corrupção”, vol.11, nº 12 (dezembro de 2006)

<http://www.america.gov/publications/ejournalusa/1206.html>

Panorama dos Direitos Humanos. Washington, DC: Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA.

<http://www.america.gov/publications/books/human-rights-in-brief.html>

O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos relacionados acima. Todos os links da internet estavam ativos em dezembro de 2009.

